

Relatório de Disciplina de Mercado em 30 de Junho de 2025

1. Declaração de Responsabilidade

A Administração do Access Bank, em estrita conformidade com o quadro regulamentar estabelecido no Acordo de **Basileia II** e em conformidade com o **Aviso n.º 16/GBM/2017** emitido pelo Banco Central de Moçambique, divulga publicamente este Relatório de Disciplina de Mercado como parte do seu compromisso inabalável com a transparência, responsabilização e boa governação corporativa para com todas as Partes Interessadas, incluindo accionistas, investidores, reguladores e o público em geral.

O Conselho de Administração do Banco, no exercício de seus deveres fiduciários e responsabilidades de governança, certifica formalmente que todos os procedimentos necessários e apropriados foram diligentemente implementados para garantir a precisão, integridade e confiabilidade das informações contidas neste relatório. Tanto quanto é do seu conhecimento, após análise exaustiva e devida diligência, o Conselho de Administração afirma que a informação divulgada representa de forma justa e precisa a situação financeira, as exposições ao risco e o desempenho operacional do Banco à data de relato.

Não obstante, o Conselho de Administração garante explicitamente a integridade e a qualidade de todos os dados, declarações e divulgações apresentados neste documento. O Banco está empenhado em manter os mais elevados padrões de actualidade e transparência e, como tal, compromete-se solenemente a comunicar prontamente quaisquer desenvolvimentos relevantes, alterações significativas ou eventos subsequentes que possam surgir durante o exercício seguinte ao período abrangido pelo presente relatório.

O Conselho de Administração do Banco também declara formalmente que, até a data desta publicação, nenhum evento ou circunstância relevante ocorreu entre o final do exercício financeiro relatado e a emissão deste documento que alteraria materialmente as divulgações financeiras ou operacionais aqui contidas.

No entanto, deve ser expressamente observado que, embora o Banco tenha exercido todo o cuidado razoável na preparação e verificação deste relatório, nem o Conselho de Administração nem a Administração do Banco podem assumir responsabilidade ilimitada por quaisquer erros inadvertidos, omissões ou flutuações subsequentes do mercado que possam afectar a interpretação dessas informações. As partes interessadas são aconselhadas a exercer o seu próprio juízo prudente e a procurar aconselhamento profissional independente, sempre que necessário, antes de tomarem quaisquer decisões financeiras ou de investimento com base nesta divulgação.

Esta declaração de exoneração de responsabilidade é emitida de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e requisitos regulatórios, reforçando a dedicação do Banco à conduta ética, à prestação de contas e à confiança sustentada das partes interessadas.

Por despacho do Conselho de Administração,

Maputo, 31 de Agosto de 2025

Conselho de Administração do Access Bank Moçambique, SA

2. Sumário Executivo

2.1 Introdução e Contexto Regulamentar

Access Bank Mozambique, SA (doravante referido simplesmente como Access Bank, ou o Banco) elaborou este Relatório de Disciplina de Mercado em total conformidade com os requisitos de divulgação delineados no âmbito do Pilar III do Acordo de Basileia II e do Aviso nº 16/GBM/2017 do Banco Central de Moçambique, que exige uma maior transparência para reforçar a confiança do mercado e assegurar a estabilidade do sector bancário. O relatório apresenta uma visão detalhada do quadro de gestão de risco, adequação de capital e desempenho financeiro do Banco à data de 30 de Junho de 2025, com o objectivo de oferecer às partes interessadas – incluindo reguladores, investidores e público – uma compreensão clara da resiliência da instituição num contexto económico desafiador.

2.2 Principais destaques

O primeiro semestre de 2025 decorreu num ambiente macroeconómico exigente, marcado por um abrandamento da actividade económica, aumento da pressão sobre o acesso ao câmbio e incertezas que continuam a condicionar o dinamismo do mercado. Neste contexto, o Access Bank Mozambique tem-se mantido firme no seu papel de parceiro estratégico para o desenvolvimento económico do país, com um foco permanente nas necessidades dos nossos clientes e no reforço do seu acesso a soluções bancárias sólidas, personalizadas e sustentáveis. Este compromisso permitiu ao banco registar um lucro antes de impostos de 65,7 milhões de MZN, refletindo um desempenho consistente e um crescimento sólido.

A estratégia adotada neste período foi orientada pela prudência, adaptabilidade e acção orientada. Num contexto de escassez de liquidez, a base de depósitos foi estabilizada de forma sustentada, reforçando a confiança dos parceiros estratégicos e assegurando a continuidade das operações essenciais. Os recursos dos clientes cresceram 9% face a dezembro de 2024, enquanto a carteira de crédito expandiu 17%, suportada por intervenções dirigidas a sectores com forte potencial de retorno económico e impacto social.

Em termos de receitas, as operações financeiras desempenharam um papel central, representando 55% do total das receitas de serviços – uma clara demonstração da capacidade do banco de gerar valor através de soluções especializadas e inovação financeira. A eficiência operacional melhorou significativamente, com o rácio de eficiência a situar-se em 93%, face a 133% em 2024, refletindo os progressos alcançados na racionalização de custos e no reforço da disciplina na gestão interna dos recursos.

Entre os marcos mais relevantes do semestre está o lançamento da nova linha de assessoria financeira, focada na estruturação de operações no mercado de capitais. Esta iniciativa inovadora gerou receitas líquidas significativas e reforçou a posição do banco como instituição de referência em soluções financeiras estruturadas.

O banco reforçou ainda a sua relação com instituições públicas, tendo integrado oito novas contas institucionais com impacto directo no funcionamento do Estado, contribuindo para a modernização de processos e inclusão financeira institucional.

No campo do capital humano, o banco reforçou seu compromisso com iniciativas de desenvolvimento, bem-estar e reconhecimento de desempenho. A introdução de uma competição interna, destinada a premiar as unidades de negócio com o melhor desempenho, trouxe uma nova dinâmica de motivação e produtividade entre as equipas. Para o segundo semestre, está prevista uma nova campanha, alargada a todos os colaboradores, com o objectivo de reforçar o espírito de equipa e aumentar a produtividade a nível institucional. Ao mesmo tempo, mantiveram-se acções regulares de formação, bem como actividades culturais e de bem-estar, reafirmando o compromisso do banco com a valorização e formação contínua dos seus colaboradores.

Todas estas conquistas são reflexo de uma acção estratégica, focada na geração de valor tangível e sustentado para os nossos parceiros. O Access Bank Mozambique termina o primeiro semestre de 2025 com uma trajetória de crescimento consistente, baseada na confiança do mercado e no compromisso com o progresso do país. Continuamos resilientes e profundamente comprometidos com o futuro de Moçambique, focando-nos nas soluções que agregam valor, na inovação que transforma e, acima de tudo, nos nossos clientes, cuja confiança é a base de tudo o que construímos.

3. Nota Introdutória

Com o objectivo de reforçar o processo de divulgação de informação, tendo em conta os critérios definidos pelo Terceiro Pilar do Acordo de Basileia II e pelo Aviso n.º 16/GBM/2017 do Banco Central de Moçambique, de 22 de Setembro, foi elaborado o presente Relatório de Disciplina de Mercado para o Access Bank Mozambique, SA.

O objectivo deste regulamento é reforçar a solidez e estabilidade do sistema bancário, evitar o chamado efeito de contágio, através de recomendações que visem o reforço do capital, de forma a minimizar os riscos de insolvência das instituições bancárias, e fazer face a futuros choques na economia.

O Acordo de Basileia determina que a disciplina do mercado, apoiada por um regime adequado de divulgação pública, pode ser um complemento eficaz dos esforços de supervisão para incentivar os bancos a avaliar os riscos, a manter fundos próprios adequados e a desenvolver e manter sistemas e práticas de gestão de riscos sólidos.

A divulgação de informações no âmbito deste pilar constituem um instrumento importante para reforçar os requisitos mínimos de fundos próprios ao abrigo do primeiro pilar e o processo reforçado de revisão prudencial no segundo pilar. Este acordo assenta em três pilares distintos, como se pode ver a seguir:



Gráfico 1 - Pilares de Basileia ii

É neste contexto regulatório, com especial atenção ao Pilar II, que o Access Bank faz as divulgações necessárias ao mercado neste Relatório de Disciplina de Mercado, que tem uma perspectiva predominantemente prudencial e visa apresentar informação sobre o perfil de risco, situação financeira e solvência do Access Bank, cumprindo os requisitos de divulgação pública relacionados com processos, procedimentos e sistemas de gestão de risco e capital, de forma a complementar as Contas Financeiras e as Contas do Relatório de Dezembro de 2024.

Este documento está estruturado de forma a cumprir os requisitos definidos pelo Aviso n.º 16/GBM/2017 (Disciplina de Mercado) e pela Circular n.º 02/SCO/2013 (Adequação do Capital Interno), cumprindo com a divulgação de informação qualitativa e quantitativa.

Os valores monetários apresentados, salvo indicação clara, encontram-se em milhares de Meticais e reflectem as posições das linhas contabilísticas do Banco em 30 de Junho de 2025.

4. Divulgações Qualitativas

4.1 Apresentação da Empresa

A informação apresentada neste relatório refere-se ao Access Bank Mozambique, S.A., instituição de crédito de direito moçambicano, com sede na Rua dos Desportistas nº 480, Maputo Business Tower, 18º andar, Cidade de Maputo, registada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 101068919.

O Access Bank Mozambique, S.A. é um Banco privado, constituído em Moçambique em 30 de Outubro de 2018. É uma subsidiária do Access Bank PLC, um banco comercial líder de serviços Bancários que opera uma rede de mais de 750 agências e pontos de atendimento, com presença em mais de 24 mercados espalhados por 4 continentes. O Access Bank PLC é uma instituição financeira diversificada que combina uma forte base de clientes de mais de 60 milhões de clientes, consolidados em toda a vasta franquia de clientes de retalho e plataforma digital com profunda experiência em banca corporativa e recursos comprovados de gestão de risco e gestão de capital. A empresa-mãe do Access Bank, Access Bank PLC, está listada na Bolsa de Valores da Nigéria desde 1998 e tem mais de 900.000 accionistas.

Em Fevereiro de 2020, a licença bancária foi concedida pelo Banco Central de Moçambique (BdM) e as actividades tiveram início em Setembro do mesmo ano. Durante o primeiro ano comercial, o Banco operou dentro de actividades mínimas, à medida que se preparava para penetrar no mercado. Pouco após o início das actividades comerciais, o Access Bank anunciou que tinha alcançado um acordo com a Atlas Mara para adquirir 100% da sua participação no BancABC Moçambique (8º maior banco em Moçambique na altura). O Contrato de Compra de Acções (SPA) foi assinado a 29 de Setembro de 2020 e, após o cumprimento das condições precedentes, a aquisição foi concluída e anunciada em 17 de Maio de 2021. A fusão entre os dois bancos ocorreu legalmente a 21 de Dezembro de 2021, no entanto, foi antecipada por uma fusão técnica a 6 de Dezembro de 2021. Os accionistas continuaram a apoiar o Banco e o capital injectado para reforçar a capacidade dos bancos de poderem subscrever bilhetes de negócio maiores.

4.2 Âmbito de aplicação

A Gestão de Risco é uma actividade de grande importância para o Access Bank, onde o princípio de Governança Corporativa é privilegiado, com o envolvimento de todas as áreas na gestão de riscos materialmente relevantes, de forma a apoiar os Órgãos de Administração no desenvolvimento, crescimento e rentabilidade da actividade do Banco. Para o efeito, os princípios orientadores, a estrutura organizacional e os sistemas de avaliação e monitorização são definidos no PGR – Programa de Gestão de Risco, que inclui quatro (4) processos-chave, nomeadamente:

- Identificação:** Identificação de riscos existentes ou potenciais, tanto de iniciativas comerciais existentes ou novas.
- Medição:** Medição de riscos para determinar o seu impacto nos resultados ou no capital. Garantir a medição atempada e precisa dos riscos.
- Controlo:** Definir limites de exposição ao risco através de políticas, normas e procedimentos.
- Monitorização:** Sistema de Gestão de Informação (MIS), eficaz na monitorização dos níveis de risco e na facilitação da revisão atempada das posições de risco.

Guiado pelo princípio da prudência, o apetite pelo risco do Access Bank é meticulosamente definido em estrito alinhamento com os requisitos regulamentares, assegurando uma supervisão robusta através de quadros de governação interna e de supervisão externa. As políticas e procedimentos de gestão de risco do Banco destinam-se a abordar de forma abrangente todos os riscos inerentes às suas operações, conforme prescrito no Aviso nº 4/GBM/2013 – Diretrizes de Gestão de Riscos. Estas medidas são implementadas com um duplo foco: salvaguardar estrategicamente a estabilidade do Banco a longo prazo e monitorizar ativamente a exposição ao risco nas operações diárias, mantendo assim os mais elevados padrões de integridade financeira e conformidade regulamentar.

4.3 Posição de Negócio e Perfil de Risco do Access Bank

Posição Empresarial

Em 2022, a posição do Banco no mercado moçambicano foi reforçada com a conclusão da combinação de negócios com a African Banking Corporation Mozambique (BancABC).

Em 2023, o Banco continuou a reforçar a sua posição de capital, uma vez que recebeu uma injeção de capital adicional dos acionistas, para além do crescimento do balanço do Banco, uma vez que resultou num aumento dos activos e depósitos. A injeção de capital visou facilitar o crescimento do balanço e a expansão do negócio para se adequar à estratégia de 5 anos dos bancos.

Embora os investimentos realizados e o aperfeiçoamento do modelo operacional tenham levado a um eventual lucro negativo nos dois anos anteriores, o Banco estabeleceu a base para o crescimento em linha com a estratégia de 5 anos. Assim, o Banco projectou uma posição forte com tendência ascendente estável para os períodos subsequentes

Em linha com a sua perspetiva estratégica de 5 anos, o Banco desenhou uma segmentação reforçada das suas Unidades de Negócio Estratégicas.

Prevê a adopção de um modelo de cadeia de valor nas suas Divisões de Banca Comercial e Banca de Retalho, que é assim concebido para servir toda a cadeia de valor, tendo uma especialização tanto na vertente de Insu- mos como de Oferta da cadeia de valor, otimizando ativamente os potenciais inerentes e melhorando a posi- ção de liquidez do Banco sob um apetite moderado pelo risco. Tal como consta do documento de estratégia do Banco, o Access Bank centra-se em Moçambique como seu principal mercado, mas estende a sua estratégia às economias africanas de elevado impacto.

Declaração de apetência pelo risco

O apetite pelo risco é uma articulação e alocação da capacidade de risco ou do montante de risco que o Access Bank Mozambique, SA está disposto a aceitar na prossecução da sua estratégia. Está devidamente definido e acompanhado pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração, e integrado na nossa estratégia, negócio, gestão de risco e planos de capital. A apetência pelo risco reflecte a capacidade do Banco para resistir a perdas potenciais decorrentes de uma série de potenciais resultados em diferentes cenários de esforço.

A apetência do Banco pelo risco é Moderada, o que significa que o Banco está disposto a aceitar um nível mais baixo de perdas ou potencial exposição em relação a outros bancos do sector. O Banco define qualitativa e quantitativamente a sua apetência pelo risco através de métricas de risco. Essas métricas incluem ganhos em risco, adequação de capital, limites de risco, gatilhos, índices e metas para todos os riscos financeiros.

5. Governança Corporativa e Estrutura de Gestão de Riscos

5.1 Estrutura de Governação do Risco

O modelo de governança do banco foi concebido para otimizar a eficiência operacional, estabelecendo uma separação clara e eficaz de funções entre os seus vários órgãos de gestão. Esta abordagem não só promove a transparência, como também assegura uma supervisão e responsabilização rigorosas.

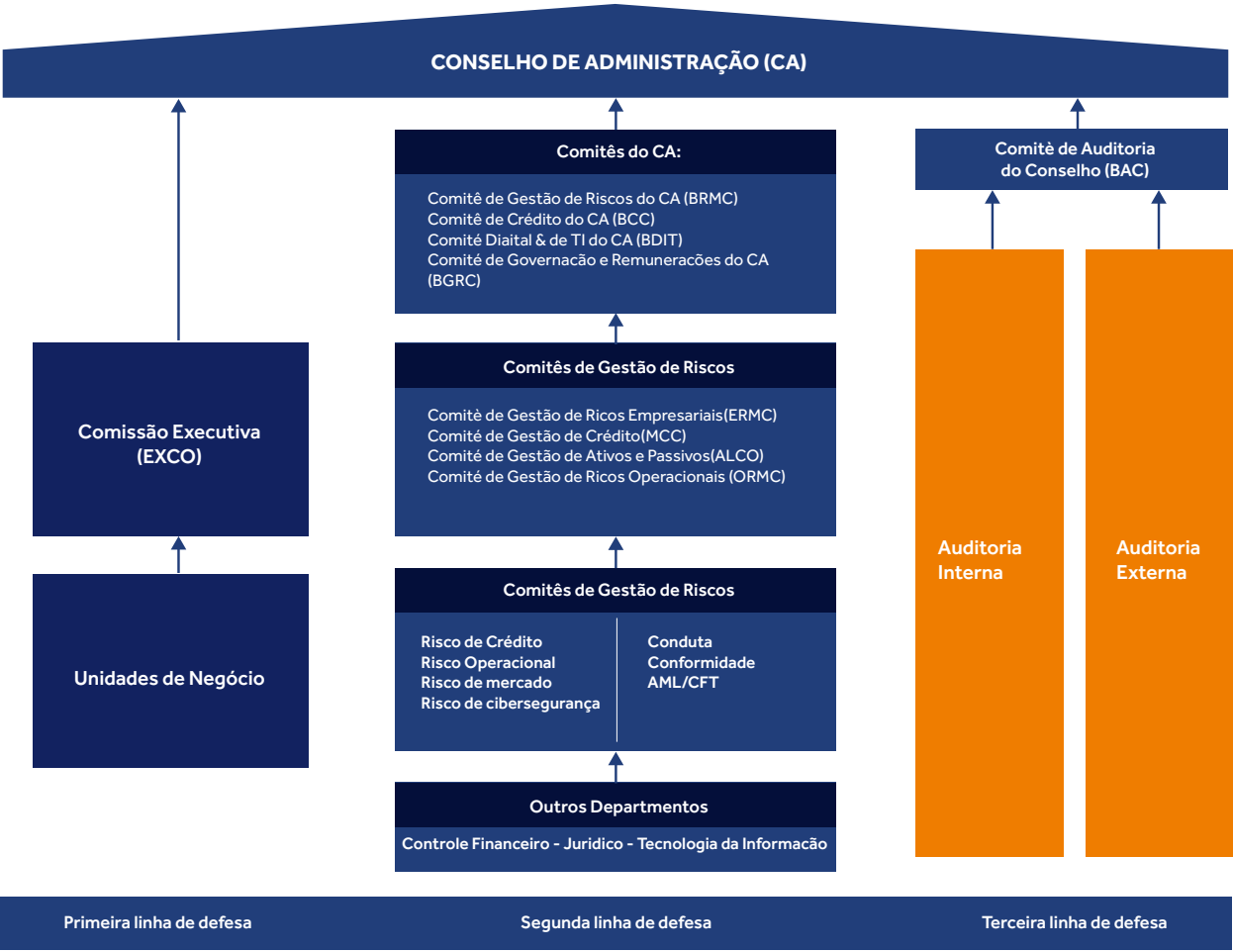


Figura 2. Access Bank Mozambique órgãos de governação e estruturas de gestão de risco.

Sendo uma actividade permanente e inerente à vida da instituição, a gestão do risco é uma actividade desen- volvida a todos os níveis do Banco, sendo de primordial importância o tom e a liderança conferidos pelos mem- bros do Conselho de Administração e da Administração. As Funções e Responsabilidades são definidas em três níveis, como mostrado abaixo:

Definição de Políticas e Estratégia

O Conselho de Administração (CA), o Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração (BRMC), o Comité de Crédito do Conselho de Administração (BCC), o Comité de Auditoria do Conselho de Admi- nistração (BAC), o Comité de Governação e Remunerações (BGNR) e o Comité Digital & IT do Conselho de Administração (BDIT) são responsáveis pela aprovação das Políticas e pela sua implementação em todo o Banco.

Monitoria e Controlo de Riscos

O Comité de Gestão de Riscos Empresariais (ERMC), o Comité de Gestão de Riscos Operacionais (ORMC), o Comité de Gestão de Crédito (MCC), o Comité Ambiental, Social e de Governança (ESGC) e o Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) são responsáveis por auxiliar o Conselho de Administração (CA), o BCC e o BRMC no acompanhamento da implementação das Políticas de Risco.

Coordenação e Operação de Riscos

As Unidades de Gestão do Risco, para os riscos específicos, são responsáveis pelos aspectos operacio- nais da implementação das Políticas de Risco. O Director da Divisão de Gestão do Risco tem o papel de supervisionar as funções das Unidades/Grupos de gestão especializada do risco.

5.2 Funções e Responsabilidades da Governação do Risco

5.2.1 Definição de Políticas e Estratégia

5.2.1.1 Conselho de Administração (CA)

O Conselho de Administração (CA), que representa os interesses dos stakeholders, tem a responsabilidade final pela Gestão de Riscos. Ao Conselho de Administração compete, em primeiro lugar:

- Aprovação de Políticas de Risco para impor um conjunto de normas de gestão do risco em todo o Banco e que incluem a identificação, medição, definição de exposição e limites de risco, monitorização, controlo e reporte de riscos.
- Estabelecer o apetite para a tomada de riscos a nível do Banco e a vários níveis em consonância com as estratégias de negócio.
- Determinação de estratégias de gestão do risco para permitir a maximização da rentabilidade ajustada ao risco.
- Assegurar a eficácia, independência e integridade do sistema de gestão do risco através de controlo inter- no e de auditoria.
- Rever periodicamente (pelo menos uma vez por ano) a Estratégia de Risco e as Políticas de Risco signifi- cativas do Banco.

5.2.1.2 Comitês de Gestão do Conselho de Administração

As funções de supervisão dos riscos e de gestão do Conselho de Administração são delegadas nos seguintes comités:

- Comité de Gestão do Risco do Conselho de Administração (BRMC).
- Comité de Crédito do Conselho de Administração (BCC).
- Comité de Governança e Remuneração do Conselho de Administração (BGRC).
- Comité de Auditoria do Conselho de Administração (BAC).
- Comité Digital e de TI do Conselho de Administração (BDIT).

Sem prejuízo das funções destes Comitês, o Conselho de Administração mantém a responsabilidade final pela gestão dos riscos.

Designação do Comité	Responsabilidades do Comité
Comité de Gestão do Risco do Conselho de Administração (BRMC)	- O Comité de Gestão de Riscos do Conselho de Administração (BRMC) é responsável por todos os Riscos Relevantes, exceto o Risco de Crédito, que é ge- renciado pelo Comité de Crédito do Conselho de Administração (BCC). O comité foi criado pelo CA como um comité permanente para assistir o CA na Gestão do Risco. - O objectivo do comité de nível superior é assistir o CA em virtude dos pode- res que lhe foram delegados pelo CA. O comité tem plena responsabilidade de assistir o CA na formulação de estratégias de Gestão de Risco, na avaliação dos riscos globais que o Banco enfrenta, no alinhamento das Políticas de Risco com as estratégias de negócio, na determinação do nível de risco que será do melhor interesse do Banco e no planeamento do capital.
Comité de Crédito do Conselho de Adminis- tração (BCC)	- O principal papel do BCC é gerir eficazmente o Risco de Crédito enfrentado pelo Banco e reportar ao CA a intervalos regulares e implementar eficazmente a estra- tégia do CA para a Gestão do Risco de Crédito. - Aprovar Políticas de Gestão de Risco de Crédito, diretrizes de avaliação e pro- postas padrão sob recomendação do Comité de Gestão de Crédito (MCC); - Aprovação de excepções à Política de Risco de Crédito, após investigação minu- ciosa das circunstâncias que levaram às excepções, natureza, extensão e veraci- dade das excepções.
Comité de Governança e Remuneração do Con- selho de Administração (BGRC)	- Rever a dimensão e a composição do Conselho de Administração, incluindo o planeamento da sucessão, e recomendar a combinação adequada de competên- cias, qualidades pessoais, conhecimentos especializados, capacidade de julga- mento independente e diversidade necessária para desempenhar as funções do Conselho. - Desenvolver critérios para a composição e cargos no conselho de administra- ção. No entanto, os critérios serão aprovados pelo Conselho de Administração.
Comité de Auditoria do Conselho de Adminis- tração (BAC)	- The Committee assists the Board in fulfilling its oversight responsibility relating to: a) A integridade das demonstrações financeiras do Banco e do processo de relato financeiro. b) Independência e desempenho dos auditores internos e externos do Banco. c) Sistema de controlo interno e mecanismo de reportes relativos aos procedi- mentos contabilísticos e operacionais do Banco.
Comité Digital e de TI do Conselho de Admi- nistração (BDIT)	- O Comité supervisionará a entrega de ponta a ponta dos produtos digitais e serviços do Banco através de: (i) Receber relatórios regulares sobre o ecossistema digital e a experiência do cliente (ii) Supervisão da função de TI do Banco, incluindo estratégia de TI, arquitetura de negócios, alinhamento da função de TI com os negócios do Banco, estabilidade do sistema, segurança da informação e operações relacionadas.

5.2.2 Monitoria e Controlo de Riscos

5.2.2.1 Comitês de Gestão de Riscos

As funções dos Comitês de Risco, como o Comité de Gestão de Risco Empresarial (ERMC), Comité de Gestão de Crédito (MCC), Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Gestão de Risco Operacional (ORMC) e Comité de Governança Ambiental e Social (ESGC) foram abordadas em detalhes nas respetivas Poli- ticas de Gestão de Riscos. O seu cumprimento é obrigatório em todos os momentos.

Designação do Comité	Responsabilidades do Comité
Comité de Gestão do Risco Empresarial (ERMC)	- O Comité é responsável pela gestão de todos os riscos, excepto os riscos de crédito, de mercado e de liquidez. Os riscos sob a alçada do Comité são os riscos estratégicos, de re- putação, de conformidade e operacionais. O Comité tem as seguintes responsabilidades: - Formular políticas para os riscos no âmbito das suas competências. - Acompanhamento da implementação de políticas de risco. - Revisão de relatórios de risco para submissão ao CA /Comitês de Risco; - Implementação das decisões do Conselho de Administração em todo o Banco.
Comité de Gestão de Crédito (MCC)	- O Comité tem a responsabilidade de analisar as recomendações de política de crédito da Divisão de Gestão de Risco e Compliance e endossa ao Conselho de Administração para aprovação. - Analisa todos os pedidos de crédito individuais. - Analisa e aprova o plano/estratégia do portefólio do Banco. - Revê relatórios mensais de risco de crédito e plano de acções correctivas; e ainda - Coordena a resposta do Banco a eventos relevantes que possam impactar a carteira de crédito.
Comité de Activos e Passivos (ALCO)	- O objetivo da ALCO é monitorar e controlar todos os riscos de mercado, liquidez e taxa de juros em todo o Banco, de acordo com o apetite ao risco aprovado pelo CA. - Rever limites, directrizes ou desencadear acções correctivas, a fim de alinhar as exposi- ções com o apetite acordado. - Aprovar políticas de risco de mercado, risco de liquidez e risco de taxa de juro para a carteira bancária.
Comité de Gestão de Riscos Operacionais (ORMC)	O Comité de Gestão do Risco Operacional (ORMC) é responsável pelo acompanha- mento e gestão eficazes dos riscos operacionais do Banco e pela tomada de decisões relevantes, bem como pela formulação de recomendações ao Conselho de Administra- ção ("o Conselho de Administração"), políticas e procedimentos eficazes de gestão do risco operacional que permitam ao Banco atingir os seus objetivos, operando em plena conformidade com as leis e regulamentos do processo de ORMC.
Comité Ambiental, Social e de Governança (ESGC)	- Auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de sua responsabilidade de supervisão relacionada às questões ESG, que são definidas para incluir tópicos como: impactos das mudanças climáticas, conservação de energia e recursos naturais, susten- tabilidade ambiental e da cadeia de suprimentos, direitos humanos, diversidade e inclusão e outras questões de ESG relevantes e relevantes para o Banco. - Orientar o Conselho de Administração sobre as questões e desempenhar um papel de supervisão na definição da estratégia ESG do Banco.

5.2.3 Coordenação e Operação de Riscos

5.2.3.1 Unidades de Gestão de Risco (RMU)

As Unidades de Gestão de Risco (RMUs), nomeadamente: Gestão de Risco de Crédito, Gestão de Risco de Mercado e Análise de Risco, Gestão de Risco Operacional, Risco de Governação Ambiente e Social, Risco Estratégico e Segurança da Informação são lideradas pelo Director de Risco. Estas Unidades são o centro nevralgico da recolha de dados, análise dos factores de risco, interpretação dos resultados e sua ampla divulgação junto dos comités de gestão de risco relevantes. Os relatórios elaborados pelos constituintes das RMUs revelam informações valiosas ao nível das posições em risco individuais e, sempre que relevante, ao nível da carteira. As RMUs são responsáveis pelo arquivamento de dados brutos e derivados, relatórios e outras análises para a construção de modelos de risco, validação e documentação.

Designação do Comité	Responsabilidades do Comité
Departamento de Risco	• Fornecer liderança, visão e direção gerais à divisão de gestão de riscos globais em todo o Banco para o gerenciamento de riscos, como risco reputacional, risco legal e de conformidade, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. • Desenvolver politicas de gestão de risco, incluindo a quantificação da apetência pelo risco do Banco através de exposição específica e limites de risco • Estabelecer um quadro integrado de gestão de riscos para todos os aspectos dos riscos em todo o Banco. • Alocação de capital em actividades de negócios baseadas em risco e otimização da carteira de risco do Banco por meio de actividades comerciais e estratégias de transferência de risco.
Departamento de Con- duta e Compliance	• Desenvolver e garantir a implementação de um plano de conduta sólido alinha- do com o universo de Conduta e Compliance do Banco • Desenvolver e promover uma boa conduta e valores éticos no Access Bank Mozambique, SA • Assessoria ao Conselho de Administração e à gestão sobre políticas regulató- rias e suas responsabilidades regulatórias • Supervisionar a conformidade do Banco com os requisitos comerciais e regu- latórios e garantir que as ações de mitigação sejam implementadas de forma adequada e prontamente.
Verificação e supervi- são independentes - Departamento de Au- ditoria Interna (IAD)	• O Departamento de Auditoria Interna (IAD) é uma divisão de avaliação indepen- dente criada no Banco para examinar e avaliar os seus sistemas de controlo inter- no, melhorar a eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e governação, incluindo o controlo da informação financeira. • O papel central da auditoria interna consiste em fornecer informações objecti- vas ao Comité de Auditoria do Conselho de Administração sobre a eficácia das actividades do Banco, a fim de ajudar a garantir que os principais riscos empresariais estão a ser geridos de forma adequada e que o sistema de controlo interno está a funcionar eficazmente.

5.3 Perfil de Risco do Access Bank

O risco é inerente ao negócio bancário, pelo que o Access Bank está naturalmente exposto a vários riscos de- correntes de factores externos e internos, nomeadamente em função das características dos produtos/ser- viços e mercados em que opera. O Perfil de Risco do Banco assenta em 9 categorias de risco consideradas materialmente relevantes para o sector, cuja gestão é essencial para o desenvolvimento, rentabilidade e sus- tentabilidade do negócio, assegurando o cumprimento dos requisitos e definições legais, nomeadamente a correcta determinação dos fundos próprios e a gestão da liquidez adequada às exposições aos diversos riscos decorrentes da actividade financeira.

5.3.1 Gestão do Risco de Crédito

A Unidade de Gestão do Risco de Crédito é responsável por assegurar que a exposição global ao risco de crédi- to do Banco se mantém em níveis prudentes compatíveis com o capital disponível, através da análise trimestral dos vários tipos de crédito. A unidade ajuda a implementar Políticas, Sistemas e Controlos Internos eficazes para identificar, medir, monitorizar e controlar as concentrações de risco de crédito. As actividades são regidas pela Política de Crédito.

5.3.2 Gestão de Risco de Mercado e Análise de Risco

A Unidade de Gestão de Risco de Mercado e Análise de Risco é responsável por assegurar que a exposição global do Banco ao Risco de Mercado se mantém em níveis compatíveis com o Capital disponível. O MRM ajuda a definir o nível de tolerância do Banco ao Risco de Liquidez, ao Risco Cambial e ao Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária e garante que esses riscos sejam identificados, medidos, monitorados e controlados. As ac- tividades são regidas pela Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, entre outras politicas.

A Unidade é também responsável pelo desenvolvimento e implementação de uma arquitetura integrada de processamento de dados para assegurar um elevado nível de qualidade na análise e reporte do risco global do Banco. A unidade é responsável por melhorar todas as funções centrais de análise de risco e reporte que ante- riormente residiam nas respectivas áreas de gestão de risco e é também um impulsionador fundamental para garantir que o Banco implemente plenamente Basileia II, em alinhamento com as directrizes de gestão de risco do Banco Central de Moçambique (BdM). A Unidade é responsável pelo processo de autoavaliação da adequa- ção do capital interno (Internal Capital Adequacy Assessment Process – ICAAP), pelos testes de esforço, pela medição do risco de liquidez e por outras actividades de medição do risco.

5.3.3 Gestão do Risco Operacional

Risco Operacional é o risco de perdas resultantes de processos, pessoas ou sistemas internos inadequados ou deficientes, ou de eventos externos. Aceda à definição de Risco Operacional do Access Bank Mozambique, SA. Exclui riscos regulatórios, riscos estratégicos e perdas potenciais relacionadas exclusivamente com julgamen- tos associadosa riscos de crédito, mercado, taxa de juros, liquidez ou seguros. O Risco Operacional é inerente às actividades comerciais do Access Bank e, tal como acontece com outros tipos de risco, é gerido através de uma estrutura global concebida para equilibrar uma forte supervisão corporativa com uma gestão de risco independente e bem definida.

5.3.4 Gestão de Riscos Ambientais e Sociais

O Access Bank Mozambique, S.A. possui uma Unidade de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais que reporta ao Director de Gestão de Riscos. O Banco implementou um conjunto de ferramentas para avaliar a sustenta- bilidade social e ambiental das operações de crédito, o que permite rastrear, avaliar e relatar de acordo com as Políticas do Banco, os Princípios do Equador e os Padrões de Desempenho da IFC. Este processo permite-nos garantir que todos os projectos financiados são responsáveis, reduzindo assim o nosso impacto ambiental e contribuindo para os esforços de desenvolvimento de uma economia verde. As actividades são regidas pela Política de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais.

5.3.5 Gestão de Riscos de Conduta e Conformidade

O Banco organiza a sua função de Conduta e Compliance e prioriza a gestão de seu Risco de Conduta e Com- pliance de forma consistente com a sua própria estratégia e estruturas de gestão de riscos. Os membros do Conselho de Administração e todos os níveis de funcionários recebem formação, pelo menos uma vez em cada exercício, sobre combate à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de des- truição em massa (AML/CFT/FP), bem como Política de Identificação de Clientes, Antissuborno e Anticorrup- ção (KYC), conforme estabelecido na Política do Banco.

O Director de Conduta e Compliance, em coordenação com o Comité de Gestão de Riscos e o Conselho de Ad- ministração, reporta à gerência do Banco sobre o risco de Conduta e Compliance através do Comité de Gestão de Riscos do Conselho (BRMC). O Access Bank Mozambique, SA tem um programa AML/CFT/FP aprovado pelo Conselho de Administração.

5.3.6 Gestão Estratégica de Riscos

Esta função supervisiona o processo de gestão estratégica de riscos. Assegura ainda que o Banco dispõe de uma Plataforma de Gestão Estratégica de Risco adequada e adaptada às suas próprias circunstâncias e ne- cessidades. A Gestão Estratégica de Riscos consiste em identificar e gerir riscos reais ou potenciais para os resultados e capital resultantes de decisões empresariais adversas, implementação inadequada de decisões ou falta de capacidade de resposta a mudanças no ambiente empresarial. Esta função é regida pela Política Estratégica de Gestão de Riscos.

5.3.7 Gestão de Risco de Reputação

A função visa proteger o Banco de potenciais ameaças à sua reputação. A equipa utiliza continuamente meios proactivos para minimizar os efeitos dos danos reputacionais, evitando assim a probabilidade de grandes cri- ses reputacionais, com vista a, em última análise, garantir a sobrevivência da organização. Esta função é regida pela Política de Gestão de Riscos de Reputação.

5.3.8 Gestão de Riscos de Segurança da Informação

A Segurança da Informação tem a ver com a preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados. Em resposta ao aumento da ameaça à Segurança Cibernética para as empresas em todo o mundo, o Access Bank desenvolveu uma Plataforma de Segurança Cibernética e adopta uma forte abordagem de defesa para se alinhar com as melhores práticas de Segurança Cibernética, processos de segurança da in- formação e infraestruturas que incluem Governança de Segurança Cibernética, Operações e Infraestruturas. O compromisso do Banco com a Segurança da Informação é evidenciado na Política Global de Segurança da Informação.

5.3.9 Gestão de Risco da Banca Digital

Os contínuos avanços e inovações tecnológicas e a necessidade incessante de melhorar os serviços fizeram do Banca Digital uma opção estratégica adoptada pelo Banco, utilizando uma abordagem mitigadora adequada para lidar com os riscos inerentes ao negócio. Em resposta às necessidades de digitalização, desenvolvemos um Quadro de Gestão de Risco da Banca Digital que permite ao Banco adoptar um apetite global pelo risco “moderado”, ao mesmo tempo que adopta processos digitais e inovações para satisfazer as necessidades dos nossos clientes.

5.4 Controlo de Riscos

Sendo uma instituição financeira, o Access Bank está sujeito a um conjunto de riscos, directa e indirectamente, ligados à sua actividade, cuja gestão pode permitir ou impossibilitar a consecução dos objectivos definidos pela organização.

Como tal, a gestão destes riscos faz parte do processo normal de gestão do Banco e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Access Bank. Para além de contribuir para a op- timização do binómio rentabilidade/risco da organização, assegura ainda que o perfil de risco do Banco está alinhado com a visão e posições estratégicas definidas pelos accionistas.

A política e o princípio do Access Bank são uma gestão de risco rigorosa e dotados de todos os meios necessá- rios para assegurar a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e da estratégia do Banco, que se rege por princípios, procedimentos e metodologias de controlo e reporte ajustadas à dimensão e complexidade da organização.

Controlo Interno para a Gestão do Risco

O Controlo Interno é um processo que abrange o Conselho de Administração, a Direcção e todos os níveis dos colaboradores do Banco. Não é apenas um procedimento ou uma Política que é executada a qualquer momen- to, mas está continuamente operando em todos os níveis dentro do Banco. O Conselho de Administração e a Gerência são responsáveis por estabelecer a cultura adequada para facilitar um processo de controlo interno eficaz e por monitorizar a sua eficácia numa base contínua, no entanto, todos os indivíduos dentro da organi- zação devem participar no processo.

Necessidade de Controlo Interno

Um Sistema de Controlo Interno eficaz é uma componente essencial da gestão bancária e uma base para o funcionamento seguro e sólido do Banco. Um sistema de controlos internos sólidos pode ajudar a garantir que as metas e objectivos do Banco sejam alcançados, que o Banco atinja suas metas de rentabilidade de longo prazo e que mantenha relatórios financeiros e gerenciais confiáveis. Tal sistema também garante que o Banco cumpra as leis e regulamentos, bem como as Políticas Internas, Planos, Regras e Procedimentos, e diminua o risco de perdas ou danos inesperados à reputação do Banco. A existência de sistemas de controlo interno eficazes permite ao Banco prevenir ou detectar problemas que possam conduzir a perdas numa fase precoce, limitando assim eventuais perdas para o Banco.

Objectivos do Controlo Interno

Os Objectivos do Processo de Controlo Interno são categorizados da seguinte forma:

- ♦ Assegurar que os activos e outros recursos do Banco são utilizados da forma mais eficiente e eficaz, sem incorrer em custos imprevistos ou excessivos, protegendo assim o Banco de possíveis perdas (Metas de Desempenho).
- ♦ Elaboração atempada de relatórios fiáveis, relevantes e completos, abrangendo a informação financeira e de gestão necessária à tomada de decisões no Banco. Assegurar que as informações recebidas pela Direc- ção, Conselho de Administração, accionistas e supervisores tenham qualidade e integridade suficientes para que os destinatários possam depositar confiança nas informações para a tomada de decisões. (Ob- jectivos de Informação).
- ♦ Assegurar que todas as actividades bancárias cumprem as leis e regulamentos aplicáveis, os requisitos de supervisão e as Políticas e Procedimentos do Banco (incluindo a Gestão de Risco). Este objectivo deve ser atingido a fim de proteger a franquia e a reputação do Banco. (Objectivos de Conduta e Compliance).

Processo de Controlo Interno

- ♦ O controlo interno é um processo contínuo afetado pelo Conselho de Administração e todos os colabo- radores do Banco são responsáveis, a diferentes níveis, pelo funcionamento eficaz do sistema de controlo interno. Embora o controlo interno seja afetado a vários níveis em todo o Banco, duas componentes in- dependentes importantes do ponto de vista da gestão do risco são: (1) Sistema de Gestão de Risco e (2) Sistema de Auditoria.

a) Funções do Sistema de Gestão de Risco como parte do Controlo Interno

Sistema de Gestão de Risco do Banco: Visa assegurar que os objectivos fundamentais do Banco são alcança- dos. Engloba várias componentes, tais como:

- ♦ Estrutura de Governança de Risco, incluindo as funções desempenhadas pelo Conselho de Administração, BCC, BRMC, Comitês de Risco, DGR e Divisão/Unidade de Gestão de Riscos.
- ♦ Políticas de Risco aprovadas pelo Conselho de Administração, que especificam o Apetite ao Risco do Banco e as directrizes para identificar, medir, monitorizar, controlar e reportar os riscos enfrentados pelo Banco.
- ♦ Estruturas, Políticas e Procedimentos aprovados pelos Comitês de Risco para operacionalização das Poli- ticas de Risco.

O sistema de Gestão de Riscos do Banco (com os seus componentes acima mencionados fazendo parte do ambiente de controlo do Banco), executa o processo de controlo interno como uma actividade diária em todo o Banco, implementando as directrizes da Política de Risco aprovadas pelo Conselho de Administração para a identificação, medição, monitorização, controlo e comunicação de riscos.

As actividades de controlo são obrigatórias nas Políticas de Risco e mais detalhadas nos Enquadramentos, Po- líticas e Procedimentos para a efectiva implementação do processo de controlo interno no Banco. As orienta- ções em matéria de monitorização e comunicação de informações previstas nas respectivas politicas de ris- co respondem à exigência de que os riscos sejam comunicados às autoridades competentes para que sejam tomadas medidas de controlo. Todos os funcionários do Banco regidos pelas Políticas de Risco devem seguir rigorosamente as directrizes das Políticas de Risco e comunicar quaisquer desvios à autoridade competente.

b) Sistema de Auditoria

O papel do Sistema de Auditoria é fornecer garantias independentes ao Conselho de Administração de que a função de gestão de riscos é efetivamente desempenhada para cumprir os objectivos estabelecidos; não se destina a substituir de forma alguma a função de gestão dos riscos. O Sistema de Auditoria do Banco inclui o Comité de Auditoria do Conselho de Administração e o Departamento de Auditoria Interna, que reporta perante o Comité de Auditoria. A Auditoria Interna desempenha um papel crucial no Controlo Interno para a Gestão do Risco. Sempre que necessário, o Banco recorre aos serviços de auditores externos para realizar uma avaliação independente do Sistema de Gestão de Risco. Esta avaliação independente é realizada de cinco em cinco anos.

6. Estrutura de Capital

6.1 Informação Qualitativa

O cálculo do Capital Regulamentar do Banco é orientado através das suas demonstrações financeiras e segue o estabelecido de acordo com o Aviso n.º 08/GBM/2017 de 3 de Abril de 2017 do Banco Central de Moçambique. O aviso define a composição dos elementos Positivos e Negativos dos Fundos Próprios de Base TIER 1 e TIER 2, sendo estes os seguintes:

6.1.1 Fundos próprios de base (TIER 1):

a) Elementos positivos:

- Capital realizado.
- Prémios de emissão de acções e outros títulos
- Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos
- Resultados positivos transitados de exercícios anteriores
- Resultados positivos do último exercício, nas condições referidas no n.º1 do artigo 10.
- Resultados positivos provisórios do exercício em curso
- Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro
- Parcelas das Reservas e de resultados correspondentes a activos por impostos diferidos
- Interesses minoritários.

b) Elementos negativos:

- Acções próprias
- Activos intangíveis
- Resultados negativos transitados de exercícios anteriores
- Resultados negativos do último exercício
- Resultados negativos provisórios do exercício em curso, em final do mês
- Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5
- Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial (1)
- Insuficiência de provisões
- Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas.

6.1.2 Fundos próprios Complementar (TIER 2)

a) Elementos positivos:

- Montantes provenientes da emissão de títulos com prazo de vencimento indeterminado e dos provenientes de empréstimos não titulados, nos termos do artigo 11
- Outros elementos patrimónias elegíveis, nos termos do artigo 12
- Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito
- Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis
- Outras reservas de reavaliação, pelos montantes que resultam do Artº 5 e das alíneas g) e h) do Artº 17
- Outros elementos
- Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 13
- Parte liberada de accções preferenciais remíveis

b) Itens negativos:

- Outros elementos próprios enquadráveis no artigo 3, pelo valor de inscrição no balanço.

6.1.3 Outras deduções ao capital

- Total amount of the holding if it exceeds 10% of the share capital of the investee.
- Value of capital losses resulting from the application of Notice 16/GBM/2013 (art. 20).
- Fixed assets received in repayment of credit exposures.
- Share exceeding risk concentration limits.

6.2 Informação Quantitativa

Para o período em análise, a composição do Capital do Access Bank Mozambique foi a seguinte:

- 1) Nos Fundos Próprios de Base Tier 1, é composto pelo capital realizado e as reservas (total de 2,912 milhões de MZN) nos quais são deduzidos os elementos negativos (nomeadamente activos intangíveis, resultados negativos acumulados e insuficiência de provisões – todos no montante total de 1,619 milhões de MZN). Assim, em junho de 2025, os Fundos Próprios de Base Tier total Tier 1 era de MZN 1,292 milhões.
- 2) Nos Fundos Próprios Tier 2, comporta as reservas para riscos de crédito (i.e., 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito), no montante de MZN 1.03 milhões.
- 3) as outras deduções ao Capital são principalmente ativos fixos recebidos a título do reembolso de posições em risco de crédito (55.5 milhões de MZN) e os excessos nos limites de concentração de risco (6.6 milhões de MZN).

Descrição (valores em MZN ‘000)				
Fundos Próprios de Base (Tier I)	30-Jun-25	31-Dec-24	Mov.	Mov.%
Elementos Positivos	2 911 625	2 911 625	-	0%
Capital Social Realizado	2 894 500	2 894 500	-	0%
Reservas estatutárias	17 125	17 125	-	0%
Lucros acumulados	-	-	-	
Elementos Negativos	(1 619 214)	(1 733 904)	114 691	-7%
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	(1 224 451)	(481 074)	(743 377)	155%
Resultados negativos provisórios do exercício	(40 828)	(743 377)	702 549	-95%
Insuficiência de provisões	(297 308)	(447 442)	150 135	-34%
Activos intangíveis	(56 626)	(62 010)	5 384	-9%
Total do Capital de Tier I	1 292 412	1 177 721	114 691	10%

Fundos Próprios Complementares (Tier II)				
Elementos Positivos	1 033	1 091	(58)	-5%
Empréstimos dos accionistas	-	-	-	
Reserva de risco de crédito (0,0125% do Risco de crédito)	1 033	1 091	(58)	-5%
Elementos Negativos	-	-	-	
Participações superiores a 10% do capital social de entidades participadas	-	-	-	
Total dos Fundos Próprios de Tier II	1 033	1 091	(58)	-5%

Total dos Fundos Próprios (Tier I e Tier II) antes das deduções	1 293 445	1 178 811	114 633	10%
Deduções (Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio)	(55 499)	(33 388)	(22 111)	
Excesso nos limites de concentração de riscos (Aviso n.º 15/GBM/2013)	(6 635)			
Total dos Fundos Próprios (Tier I e Tier II)	1 231 310	1 145 423	85 887	7%

Quadro 1: Composição do Capital Regulamentar

De 31 de dezembro de 2024 a 30 de junho de 2025, a estrutura de Fundos Próprios de Base Tier 1 do Access Bank Mozambique SA melhorou 10%, passando de uma posição de 1.178 milhões de MZN em dezembro de 2024 para 1,292 milhões de MZN em junho de 2025, principalmente devido à diminuição de elementos negativos dedutíveis para Tier 1 Capital tal insuficiência de provisão (que melhorou em MZN 150 milhões) e ativos intangíveis (melhorados em 5 milhões de MZN). O Capital Regulatório Total do Banco (Tier 1 e Tier 2) em 30 de junho de 2025 é de 1,231 milhões de MZN, uma diminuição de 7% em relação aos 1,145 milhões de MZN em dezembro de 2024.

7. Requisitos de Adequação dos Fundos Próprios

7.1 Informação qualitativa

7.1.1 Objectivos da gestão de capital

Os objectivos de gestão de capital do Banco baseiam-se em políticas e procedimentos que garantam que o Banco seja capaz de identificar, avaliar e reportar todos os riscos materialmente relevantes, sendo este um processo abrangente que estabelece a relação entre capital e apetência pelo risco.

No âmbito do Quadro de Planeamento e Alocação de Capital do Access Bank Mozambique, os objectivos de gestão de capital são orientados pelo seguinte:

- i. O Access Bank deve manter o capital regulamentar não inferior ao requisito de capital mínimo em qualquer momento.
- ii. O Access Bank deve envidar esforços contínuos para se manter dentro dos seus limites internos para o requisito de adequação de fundos próprios mínimos, tal como indicado na política de apetência pelo risco.
- iii. Qualquer financiamento ou alocação de capital que tenha impacto no capital regulamentar deve ser sujeito ao Conselho de Administração.

7.1.2 Metodologias dos requisitos de fundos próprios

A definição dos requisitos de adequação de capital do Access Bank baseia-se nas regras prudenciais definidas pelo Banco Central de Moçambique no Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), em cumprimento dos requisitos mínimos e orientações definidas no Avison.º 3/GBM/2012 e na Circularn.º 02/SCO/2013 de 31 de Dezembro. Descreve a abordagem do Banco para determinar os seus requisitos de fundos próprios em consonância com o quadro do Pilar II de Basileia, assegurando que o Banco permanece resiliente a potenciais tensões financeiras e capaz de apoiar os seus objectivos estratégicos, salvaguardando simultaneamente os interesses das partes interessadas.

Tipo de Risco	Metodologia	Legislação
Risco de Crédito	Método Padrão Simplificado (SA)	Aviso 11/GBM/2013
Risco Operacional	Método do Indicador Básico (BIA)	Aviso 12/GBM/2013
Risco de Mercado - FX	Método Standard (SSA)	Aviso 13/GBM/2013

7.1.2.1 Risco de Crédito

As alocações de capital sob risco de crédito foram obtidas por meio da Abordagem Padronizada (SA), conforme aviso do Banco Central 11/GBM/2013. O cálculo da exposição ao risco de crédito das rubricas do balanço é estabelecido com base num modelo de ponderação definido no mesmo aviso para as várias categorias de posições em risco patrimoniais e extrapatrimoniais, nomeadamente empréstimos a clientes, investimentos em instituições de crédito, investimentos em instrumentos financeiros, detenções de outros activos, garantias e compromissos assumidos.

O requisito de fundos próprios para o Risco de Crédito é então definido como 12% dos Activos Ponderados pelo Risco de Crédito.

7.1.2.2 Risco de mercado

O Banco adoptou uma Abordagem Padronizada Simplificada (SSA) para calcular a alocação de capital para o risco de mercado, conforme aviso 13/GBM/2013 do Banco Central. Este método requer o cálculo da Posição Cambial Aberta Líquida (NOP) do Banco, em que as posições líquidas curtas e as posições longas líquidas devem ser convertidas em moeda local à taxa de câmbio à vista de referência e adicionadas para formar o total de posições líquidas curtas e o total de posições longas líquidas, o mais elevado dos quais constitui a posição cambial líquida aberta (NOP) global.

O requisito de fundos próprios para o risco de mercado será definido como sendo de 12,5% do NOP.

7.1.2.3 Risco Operacional

No âmbito da afetação de capital de risco operacional no âmbito do primeiro pilar, a instituição de crédito utilizou o Método dos Indicador Básico (Basic Indicator Approach – BIA).

No método do indicador de base (BIA), a base de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobrir o risco operacional é de 15% da média aritmética dos últimos três anos do indicador anual positivo relevante. O indicador é definido com base na soma das categorias contabilísticas das demonstrações de resultados (ou seja, a soma da margem financeira com outros rendimentos líquidos, numa base anual, reportados no final do exercício).

$$K_{BIA} = \frac{\sum_{i=1}^N R_i}{N} \times 15\%$$

Em que: R_i é o indicador anual positivo relevante

N é o número de anos em que o indicador relevante é positivo.

7.2 Informação Quantitativa

A definição dos requisitos de adequação de fundos próprios do Access Bank baseia-se nas regras prudenciais estabelecidas.

7.2.1 Requisitos de fundos próprios para o risco de crédito por classes de risco

Para o risco de crédito, o Banco considera o descrito no Aviso n.º 11/GBM/2013 do Banco de Moçambique, que estabelece a definição de risco de crédito e os pressupostos a considerar para o seu cálculo.

Classes de Risco (Valores em Milhares de Meticais)	30-Jun-25	31-Dec-24	Movimento	Mov. %
Caixa e Equivalentes de Caixa	2 867	13 888	(11 021)	-79%
Administrações Centrais e Banco Centrais	3 450 217	3 933 548	(483 331)	-12%
Instituições de Crédito	994 665	1 295 489	(300 824)	-23%
Empresas	712 131	733 040	(20 909)	-3%
Carteira de Retalho Regulamentar	1 410 825	1 437 345	(26 520)	-2%
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	575 576	320 127	255 449	80%
Créditos Vencidos	869 929	734 911	135 018	18%
Outros Activos	-	-	-	
Activos no Balanço	8 016 210	8 454 461	(438 251)	-5%
Activos fora do Balanço	247 685	271 440	(23 755)	-9%
Total dos Activos Ponderados pelo Risco para o Risco de Crédito	8 263 895	8 725 901	(462 006)	-5%

Quadro 2: Activos ponderados pelo risco para o risco de crédito

Os activos ponderados pelo risco de crédito situavam-se em MZN 8.700 milhões em 31 de Dezembro de 2024, correspondendo a um decréscimo de 13% quando comparado com a posição reportada em Dezembro de 2023 (MZN 10.034 milhões), impactado principalmente pela diminuição da exposição a retalho e empréstimos hipotecários.

7.2.2 Requisitos de fundos próprios para o risco de mercado

No que diz respeito ao risco de mercado, o Banco efectuou o cálculo de acordo com o disposto no Aviso n.º 13/GBM/2013 do Banco de Moçambique, que estipula que a base de cálculo dos requisitos de capital relativos aos riscos cambiais deve ser a mais elevada das posições líquidas curtas ou longas em divisas ou ouro.

Posição Cambial Global (Valores em Milhares de Meticais)		30-Jun-25		31-Dec-24	
País	Divisa	Longa	Curta	Longa	Curta
Estados Unidos da América	USD	-	27 983	-	34 251
União Europeia	EUR	5 775	-	-	116
África do Sul	ZAR	2 989	-	-	19 383
Reino Unido	GBP	1 025	-	394	-
Total das Posições		9 789	27 983	394	53 749
Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capitais para a Cobertura do Risco Cambial			27 983		53 749

Quadro 3: Posição Cambial

Face ao exposto, os ativos ponderados pelo risco para cobertura do risco de mercado diminuíram 48% (MZN 25.8 milhões) de dezembro de 2024 a junho de 2025, com destaque para as posições vendidas que o Banco manteve em dólares norte-americanos. No geral, a posição aberta em moeda estrangeira do Banco permaneceu dentro dos limites prudenciais máximos de 10% e 20% do Capital Regulatório, tanto por moeda quanto na posição Global, respectivamente.

7.2.3 Requisitos de fundos próprios para o risco operacional

Para o risco operacional, o Banco efectuou o cálculo considerando o descrito no Aviso n.º 12/GBM/2013 do Banco de Moçambique, utilizando o Método do Indicador Básico. Para este método, a base de cálculo corresponde a 15% da média aritmética dos últimos 3 anos do indicador anual relevante positivo.

Indicador Básico (Valores em milhares de MT)	30-Jun-25		31-Dec-24		Change	Mov. %
	Montante	Capital Necessário	Montante	Capital Necessário		
Ano X-1	1 595 335	239 300	2 507 842	376 176		
Ano X-2	2 507 842	376 176	2 184 230	327 635		
Ano X-3	2 184 230	327 635	1 367 260	205 089		
Necessidade de Capital	314 370		302 967		11 404	4%

DESCRIÇÃO	A	B	C
(valores em MZN'000)	2022	2023	2024
(+) Juros e Rendimentos Similares	1 213 813	1 417 510	1 504 254
(-) Juros e Encargos Similares	461 201	899 058	855 674
(+) Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-	-
(+) Comissões Recebidas	893 100	860 462	745 999
(-) Comissões Pagas	25 588	30 899	281 814
(+) Resultados de Operações Financeiras	471 824	336 145	441 947
(+) Outros Resultados Operacionais	92 282	823 682	40 623
TOTAL	2 184 230	2 507 842	1 595 335

Quadro 4: Requisitos de Fundos Próprios para Cobertura de Riscos Operacionais

Os activos ponderados pelo risco para cobertura do risco operacional situavam-se em 314 milhões de MZN em 30 de junho de 2025, correspondendo a um aumento de 4% (MZN 11 milhões) face a 31 de dezembro de 2024, o que se deve às diminuições significativas de outros proveitos operacionais.

7.2.4 Rácio de Adequação de Fundos Próprios (CAR – Rácio de Solvabilidade)

7.2.4.1 Informação qualitativa

O grau de adequação de capital, ou níveis de solvência, detido pelo Access Bank Mozambique é acedido ao abrigo do Aviso n.º 9/GBM/2017 dos Bancos Centrais ("Regulamento de Rácios e Limites Prudenciais para as Instituições de Crédito") e é definido com base na comparação entre o capital regulamentar total (Tier 1 e Tier 2 Capital) e o total dos activos ponderados para cobrir o crédito, riscos de mercado e operacionais. Em conformidade com o regulamento, o Banco fixa o seu limite do rácio de solvabilidade (capital regulamentar sobre RWA) num mínimo de 12%.

7.2.4.2 Informação Quantitativa

Fundos Próprios	30-Jun-25	31-Dec-24	Movimento	Mov.%
Total dos Fundos Próprios	1 231 310	1 145 423	85 887	7%
Fundos Próprios de Base	1 292 412	1 177 721	114 691	10%
Fundos Próprios Complementares	1 033	1 091	(58)	-5%
Deduções	(62 135)	(33 388)	-	
Activos Ponderados pelo Risco				
Total dos Riscos	8 606 248	9 082 617	(476 369)	-5
Risco de Crédito:	8 263 895	8 725 901	(462 006)	-5%
Risco Operacional:	314 370	302 967	11 404	4%
Risco de Mercado:	27 983	53 749	(25 767)	-48%
Rácio de Solvabilidade				
Fundos Próprios de Base	15,02%	12,97%	2,05%	
Rácio de Solvabilidade Exigido	12,00%	12,00%	0,00%	
Rácio de Solvabilidade Total	14,31%	12,61%	1.70%	

Quadro 5: Rácio de Adequação dos Fundos Próprios

O rácio de solvabilidade do Banco aumentou 1,7%, passando de 12,61% em dezembro de 2024 para 14,31% em junho de 2025, influenciado pelo aumento do Capital Regulatório Total (MZN 85 milhões), explicado pela diminuição de elementos de fundos próprios de base negativos, como insuficiência de provisões e activos intangíveis.

8. Risco de Crédito

8.1 Informação qualitativa

8.1.1 Introdução – Processo de Gestão do Risco de Crédito

O Quadro de Gestão de Risco de Crédito do Access Bank é composto por cinco módulos distintos para a criação proactiva e gestão deliberada de exposições ao risco de crédito no Banco. Cada módulo representa um componente crítico da estrutura de gestão de risco de crédito do Banco para criar e manter um ambiente de risco de crédito adequado ao Banco para maximizar o retorno sobre os activos de risco de crédito com perdas mínimas. Estes módulos são:



Módulo	Descrição
1. Planeamento da carteira de riscos	O planeamento da carteira de crédito é o ponto de partida do processo de gestão do risco de crédito do Banco. Implica uma análise e avaliação da actual estrutura de carteiras e uma definição e acordo claros dos seguintes elementos: - Estrutura da carteira de activos de risco alvo, discriminada por sector, tipo de produto, regiões geográficas, classe de classificação de risco de crédito. - O Conselho de Administração aprovou limites de risco que o Banco está disposto a permitir em relação à sua capacidade de assunção de riscos e apetite. - Os mercados-alvo e os critérios de aceitação do risco a nível corporativo global e em cada unidade de negócio criadora de risco no Banco. - Metas e objectivos da carteira de crédito do Banco. Estes abrangem normalmente as seguintes áreas específicas: Qualidade, Composição, Crescimento e Rentabilidade.
2. Desenvolvimento e criação de exposição	O desenvolvimento e a criação de posições em risco incorporam os procedimentos de análise preliminar dos pedidos de facilidades, análise detalhada do risco de crédito e classificação de risco, revisão e aprovação de facilidades desencadeadas pelo risco e disponibilidade de crédito controlada das instalações aprovadas.
3.Gestão da exposição	Trata-se de todas as atividades envolvidas na gestão das exposições ao risco de crédito existentes, a fim de minimizar a incidência da queda da qualidade do crédito e as perdas para o Banco decorrentes dessa inadimplência. Tal implica, numa base contínua: - Acompanhamento do desempenho e da qualidade das posições em risco de crédito individuais. - Revisão periódica da qualidade da exposição e classificação do desempenho da exposição - Gestão de garantias de crédito para garantir a adequação e realização - Identificação rápida e atempada do declínio da qualidade da exposição - Gerir a inadimplência em linhas de crédito malparado. - Reestruturação dos riscos de crédito, conforme necessário.
4. Gestão de inadimplência / treino de empréstimos	No caso indesejado de declínio da qualidade dos activos, a rápida identificação e gestão dessa inadimplência pode reduzir significativamente a perda de crédito para o Banco. O módulo de gestão da inadimplência/gestão de empréstimos do quadro integrado de gestão de risco descreve a abordagem para identificação e gestão da qualidade de crédito em declínio. Isto também abrange a recuperação de empréstimos, em que todas as actividades são orientadas para a ressuscitação de créditos não produtivos, e a primeira fase do processo de reconhecimento de possíveis perdas de crédito, ou seja, a constituição de provisões para perdas com empréstimos (gerais e específicas).
5. Recuperação de créditos	Esta é a fase final do quadro de gestão do risco de crédito do Access Bank. A fase consiste em todas as actividades após uma facilidade ter sido considerada perdida e envolve a gestão dessas facilidades para garantir que a perda para o Banco seja minimizada. Isto inclui: - Renúncia a créditos e/ou renúncias a juros sobre posições não produtivas. - Redeclaração de valores de crédito anteriormente amortizados na recuperação de dinheiro dos clientes.

8.1.2 Definições relevantes para efeitos contabilísticos

- Risco de crédito** – Nos termos do Aviso nº 4/GBM/2013, trata-se da possibilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir seus compromissos financeiros com a Instituição, incluindo possíveis restrições às transferências de pagamento para o exterior..
- Crédito vencido** – Nos termos do Aviso n.º 16/GBM/2013 e para efeitos de estabelecimento de disposições regulamentares mínimas e imparidade, todas as prestações de capital vencidas e vencidas (?), incluindo juros de mora, de um crédito com pelo menos 1 (um) dia de incumprimento após o seu vencimento.
- Dívida Inadimplente** – Representa crédito vencido há mais de 90 dias, de acordo com o disposto no Aviso nº 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro.
- Crédito Imparidade** – É qualquer crédito que, dependendo da análise realizada (individual ou colectiva), apresente sinais objectivos de incumprimento.

8.1.3 Métodos de Correção de Valor na Carteira de Crédito

a) Determinação de imparidade

De acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 9), um activo (ou grupo de activos) é depreciado quando existem provas objectivas da sua perda de valor, após o reconhecimento inicial do activo, o que pode afetar os fluxos de caixa futuros estimados.

O actual modelo de imparidade utilizado pelo Access Bank, de acordo com a IFRS 9, efectua cálculos de imparidade numa base individual, de acordo com as características de cada empréstimo, a respectiva probabilidade de incumprimento, historial de pagamentos e garantias existentes. Nos casos de indícios claros de incumprimento, a imparidade é reconhecida no momento e o Banco cria provisões alinhadas com a exposição em incumprimento, tendo em consideração as garantias disponíveis e qualquer compensação disponível.

Determinação das disposições regulamentares

As disposições regulamentares mínimas da carteira de crédito são calculadas de acordo com as orientações emitidas no Aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, que define as taxas a aplicar tanto para os riscos gerais de crédito como para os empréstimos vencidos.

As provisões são calculadas do seguinte modo:

Provisões para Riscos Gerais de Crédito – Incidem sobre o montante total do crédito, incluindo o representado por aceitações, garantias e garantias prestadas, mas excluindo o crédito vencido.

Provisões para Empréstimos Vencidos – Incidem sobre o montante total de créditos que se enquadram nas classes de risco abaixo indicadas:

- Classe I – Crédito.
- Classe II – Crédito vencido até 90 dias.
- Classe III – Crédito vencido entre 90 e 180 dias.
- Classe IV – Empréstimos duvidosos, vencidos entre 180 e 360 dias.
- Classe V – Crédito muito duvidoso, vencido há mais de 360 dias.

Disposições específicas

- Para os empréstimos em moeda estrangeira:** aos mutuários não exportadores, o Banco reserva uma provisão específica de 50% do valor do empréstimo e de 100% no caso de empréstimos vencidos.
- Para as perdas de capital relativas a títulos:** são constituídas provisões para o montante total das perdas de capital relactivas aos títulos em questão.
- Para as perdas de capital sobre activos recebidos a título do reembolso do crédito próprio:** são constituídas provisões para a diferença total entre o custo dos respectivos activos e o seu valor de mercado.

As taxas, de acordo com o Aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, variam entre o mínimo exigido para os riscos de crédito gerais, até ao máximo de 100% do montante exposto para a classe 5.

8.1.4 Metodologia de Cálculo de Perdas por Imparidade

O Banco reconhece periodicamente (mensalmente) o custo de perdas de crédito esperado relativamente ao activo financeiro mensurado ao custo amortizado e ao justo valor através de outros rendimentos integrados.

A avaliação do risco de crédito é feito numa base individual ou colectiva, tendo em consideração todas as informações rezoaveis e sustentáveis, incluindo as abordagens prospectivas. Esta avaliação é feita em três estagios:

- Estágio 1: Sem deterioração significativa de risco de crédito face ao reconhecimento inicial.
- Estágio 2: Aumento significativo de risco de crédito; de 30 a 90 dias em atraso.
- Estágio 3: Evidência objectiva de imparidade; mais de 90 dias em atraso.

As estimativas de PD (probabilidade de incumprimento) a 12 meses são necessárias para calcular as perdas de crédito esperadas para contas do estágio 1. As estimativas de PD ao longo da vida são necessárias para calcular as perdas de crédito para as contas do estágio 2.

Para as empresas o PD são calculados baseado nas notações de crédito geradas pelo sistema de notação de crédito e são calculadas através da média da PD, estimada pelo número total de contas para cada notação de risco.

O Banco utiliza os seguintes parâmetros para calcular o efeito macroeconómico sobre a carteira: PIB, Taxa de câmbio, Taxa de juro e Inflação. Obviamente se a variável se demonstrar estatisticamente significativa para influenciar o risco de crédito, definido pelo racio de incumprimento no sector.

A estimativa de LGD (perda após o incumprimento) é baseada na experiência histórica de recuperação do Banco, este altera-se ao longo do ciclo de crédito, à medida que o valor da exposição e das garantias se altera.

A taxa de juro efectiva da facilidade é utilizada para descontar todas as perdas de crédito esperadas até à data de referência.

Para calcular as ECLs (expectativa de perda de crédito) de acordo com a IFRS 9, foram assumidos pressupostos sobre a forma como as exposições se irão desenvolver ao longo da sua vida. Estas são as EAD (Exposição esperada no incumprimento)

O método seguido para as contas classificadas como Estágio 1, Estágio 2 ou Estágio 3 é apresentado a seguir:

$$ECL \text{ Estágio } 1 = \sum_{t=1}^{12} EAD * PD * LGD$$

$$ECL \text{ Estágio } 2 = \sum_{t=1}^n EAD * PD * LGD$$

$$ECL \text{ Estágio } 3 = \sum_{t=1}^n EAD * LGD$$

8.1.5 Movimento de Perdas por Imparidade

Os créditos em incumprimento (non-performing loans – NPL) incluem todas as obrigações não produtivas:

- Qualquer linha de crédito classificada como duvidosa ou com perda;
- Qualquer linha de crédito classificada como vencida, com o principal, juros ou outro pagamento vencido há mais de 90 dias.

A imparidade tem por base um sistema duplo que combina a orientação de provisões de acordo com o Banco de Moçambique e a política de perda por imparidade de crédito das NIRF, desenvolvida com base no modelo de imparidade do Grupo e em linha com o prescrito pela NIRF-9.

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício de 31 de Dezembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2024 é o seguinte:

Movimento de imparidade (000' MZN)	30-Jun-25	31-Dec-24	Mov.	Mov. %
Saldo de Abertura Imparidades criadas	511 364	511 364	-	0%
Montantes amortizados durante o exercício	(273 633)	(320 618)	46 985	-15%
Imparidade do Exercício	165 839	205 296	(39 457)	-19%
Imparidades libertadas	(117 159)	(52 053)	(65 106)	125%
Carga/liberação sem afetar o PnL	123 218	179 047	(55 829)	
Total	409 629	523 037	(113 408)	-22%

Comprising of:				
Imparidade em Estágio 3	333 951	455 143	(121 192)	-27%
Imparidade em Estágio 1 e 2	96 203	67 894	28 309	42%
Total	430 154	523 037	(92 883)	-18%

Quadro 6: Movimento de Imparidade

Durante o ano de 2024, o montante de imparidade do Banco situou-se em 523 milhões de MZN, um aumento de 2% face aos 511 milhões de MZN de 2023.

8.1.6 Gestão do Risco de Concentração de Crédito

De acordo com a Circular n.º 03/SCO/2013 do Banco de Moçambique, entende-se por risco de concentração de crédito uma exposição ou grupo de exposições em risco com potencial para produzir perdas tão elevadas que comprometam a solvabilidade da instituição de crédito ou a capacidade de manter as suas operações principais. O risco de concentração de crédito decorre da existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração desses factores tem um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma dessas contrapartes.

O controlo do risco de concentração de crédito está organizado em quatro macrotipologias:

- Concentração contraparte:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes do risco assumido perante uma contraparte ou um conjunto de contrapartes ligadas entre si;
- Concentração classe de risco:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de uma exposição ou um conjunto de exposições assumidas perante classes de risco elevado;
- Concentração sectorial:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de uma exposição ou um conjunto de exposições assumidas perante um determinado sector de actividade económica.
- Concentração por área geográfica:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de exposições ou um conjunto de exposições assumidas perante uma ou um conjunto de contrapartes localizadas em determinada área geográfica.

Visão geral da política de gestão do risco de concentração de crédito

Para assegurar uma gestão eficaz do risco de concentração, o Access Bank considera os seguintes passos:

- Identificação** – identificação dos riscos de concentração (exposição relevante).
- Avaliação** – avaliação da magnitude dos riscos identificados e do seu impacto, com vista à sua atenuação e comunicação.
- Monitorização** – acompanhamento da evolução e estado dos riscos avaliados, estabelecendo relatórios internos e externos.
 - O controlo dos riscos identificados através de procedimentos de mitigação.

O risco de concentração é controlado internamente de acordo com limites definidos, nomeadamente os limites de concentração de risco por contraparte e/ou tipo de crédito, e é atualizado de acordo com a evolução das exposições significativas a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas.

Fatores de Risco Considerados para a Análise de Correlações entre Contrapartes

No que diz respeito aos factores de risco subjacentes à análise da contraparte, são igualmente relevantes os seguintes aspetos:

- Família de produto
- Tipo de taxa de juro utilizada
- Garantia associada
- Cliente
- Prazo Total
- Prazo residual
- Família de produto por região

ECA e ECAI usadas

Para o exercício em reporte, o Banco utilizou as avaliações de qualidade de crédito atribuídas pelas agências de crédito de exportação (ECA) definidas no website (www.oecd.org) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), sendo que as posições em risco de Países e/ou Instituições sem classificação pela ECA foram ponderadas de acordo com as classificações da agência de notação externa de crédito (ECAI) da Standard & Poors, conforme definido no Aviso n.º 11/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

8.2 Informação Quantitativa

8.2.1 Exposição bruta ao risco de crédito

Posição em Risco Original por Classe de Risco	30-Jun-25	31-Dec-24	Movimento	Média
Administrações Centrais e Banco Centrais	17 142 923	16 285 965	856 957	16 714 444
Empresas Públicas	-	-	-	-
Instituições de Crédito	1 218 595	1 573 818	(355 222)	1 396 207
Empresas	712 131	771 316	(59 185)	741 723
Carteira de Retalho Regulamentar	1 956 344	2 743 414	(787 069)	2 349 879
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	736 682	518 722	217 960	627 702
Créditos Vencidos	828 584	738 957	89 627	783 771
Outros Activos	-	-	-	-
Total das Posições em Risco Originais	22 595 260	22 632 192	(893 890)	22 613 726
Posição em Risco Original em Activos Extra-Patrimoniais	30-Jun-25	31-Dec-24	Movimento	Média
Créditos Documentários	-	153 989	(153 989)	76 994
Garantias s/caracter substituto de Crédito	536 668	653 639	(116 971)	595 153
Total das Posições em Risco Extra-patrimoniais	536 668	807 628	(270 960)	672 148
Total das Posições em Risco	23 131 927	23 439 820	(307 892)	23 285 873

Tabela 7: Exposição Original por Classe de Risco

Em 30 de junho de 2025, o valor bruto das exposições de crédito era de MZN 23,131 milhões, distribuídos por: MZN 22,595 milhões (98%) para itens Patrimoniais e MZN 537 milhões (2%) para Posições Extrapatrimoniais. Em termos homólogos, as exposições brutas ao risco de crédito diminuíram 1%, contribuindo sobretudo para a diminuição das posições de risco junto das Instituições de Crédito, do Livro de Retalho e das Cartas de Crédito.

8.2.2 Distribuição geográfica das posições em risco de crédito

O Anexo 1 do presente relatório apresenta o mapa das distribuições geográficas das posições em risco de crédito. De acordo com o mapa acima referido, 85% da carteira do Banco é constituída por activos da zona sul, mais concretamente na Cidade de Maputo e está mais concentrada na Carteira de Retalho Regulatório perfazendo até 45% do Livro, seguindo-se as empresas privadas com 22%. Para exposições fora do país, limitam-se a instrumentos de mercado em países africanos e europeus. São investimentos de longo prazo, com o objetivo de rentabilizar o excesso de liquidez que o Banco apresenta em moeda estrangeira.

8.2.3 Distribuição das posições em risco por períodos de vencimento contratuais residuais

O Anexo 2 apresenta o mapa das exposições por prazos de vencimento contratuais residuais.

9. Mitigação do Risco de Crédito

9.1 Informação qualitativa

9.1.1 Instrumentos de Mitigação de Riscos

De forma a salvaguardar-se contra eventuais incumprimentos contratuais por parte dos seus clientes, o Access Bank utiliza diferentes instrumentos de mitigação do risco de crédito, cumprindo os requisitos definidos no Aviso n.º 11/GBM/2013 e as normas e procedimentos internos em vigor.

Os principais tipos de garantias e garantias exigidas pelo Banco são:

As operações de crédito são contratadas com um conjunto de garantias consideradas suficientes no momento da sua contratação, com vista a minimizar eventuais perdas que possam surgir em resultado do incumprimento de uma contraparte. Com efeito, o Banco reconhece as seguintes categorias de garantias e garantias:

- Aval pessoal.
- Hipotecas de imóveis habitacionais.
- Hipotecas de imóveis comerciais e outros.
- Hipotecas de viaturas/penhores de equipamentos.
- Penhores de depósitos ou outros activos financeiros.
- Garantias bancárias on first demand;
- Outros.

Tradicionalmente, os empréstimos hipotecários apresentam como garantia o próprio imóvel que está a ser financiado e, para este tipo de crédito, o risco é geralmente coberto desde o início em níveis iguais ou superiores a 120%.

9.1.2 Procedimentos de Gestão e Avaliação de Garantias Reais

O Banco tem implementado técnicas de redução de risco de crédito que consistem em critérios de valorização das garantias das operações de crédito, sendo que o valor apurado é afectado no momento de assunção do risco de crédito, devendo os níveis de cobertura definidos aquando da sua decisão, manterem-se ao longo da vida da operação.

A aceitação dos vários tipos de garantias encontra-se ainda associada à avaliação sobre a sua transacionalidade (maior ou menor liquidez), à volatilidade do seu valor e ainda à relação existente entre o risco da operação e o risco intrínseco da respectiva garantia.

As garantias hipotecárias são avaliadas por entidades especializadas na avaliação de imóveis, com as quais o Banco tem estabelecido acordos para prestação desta tipologia de serviços. O Banco aplica sempre um haircut sobre o valor de mercado dos imóveis e móveis/equipamentos, reconhecendo apenas o valor de “venda forçada” conforme apurado pela entidade avaliadora, para mensuração do justo valor.

Os penhores de depósitos ou outro tipo de penhores financeiros apenas são aceites quando se encontrem em custódia/depositados no Access Bank Mozambique SA.

Em termos prudenciais, as garantias utilizadas para mitigar o risco de crédito são:

- **Caução de depósitos**, quando denominadas na mesma moeda e com prazo de vencimento no mínimo igual ao prazo de vencimento da operação de crédito;
- **Hipoteca de habitação do mutuário**, quando a última data de avaliação do imóvel for inferior a 3 anos e a data de vencimento igual ao prazo da operação de crédito;
- **Garantias Pessoais**, nos termos previstos no Aviso n.º 11/ GBM/2013.

9.1.3 Concentração de Riscos ao nível dos fatores atenuantes tomados

As garantias e colaterais tomados pelo Banco têm em conta, não só a qualidade dos mesmos para suprir eventos de incumprimento, bem como a facilidade que o Banco tem em convertê-los em activos líquidos. Sendo assim, é importante que os activos tidos como garantia tenham suficiente cobertura e não estejam onerados. A política do Banco estabelece que o mesmo tenha garantias e colaterais livres de ónus e esteja numInformação Quantitativaa base individual (sem concentrações), de modo a evitar desafios de convertibilidade na eventualidade de execução dos mesmos.

9.2 Quantitative Information

Classes de Risco (valores em milhares de meticais)	Ponderação Média	Exposição Bruta de Crédito	Colaterais		Garantias		Derivados de Crédito	Exposição Líquida de Crédito
			Depósitos	Títulos de Dívida	Imóveis	Outras		
Administrações Centrais e Banco Centrais	0%	17 142 923	-			-		3 450 217
Empresas Públicas	100%	-	-			-		-
Instituições de Crédito	0%	1 218 595	303			-		994 665
Empresas	100%	712 131	443 030			-		712 131
Carteira de Retalho Regulamentar	75%	1 956 344	179 876			-		1 410 825
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	76%	736 682	-		3 967 402	-		575 576
Créditos Vencidos	100%	828 584	-		295 951	-		869 929
Outros Activos	100%	-	-			-		-
Total das Posições em Risco Originais		22 595 260	623 208	-	4 263 353	-	-	8 013 343

Posição em Risco Original em Activos Extra-Patrimoniais								
Créditos Documentários		-						
Garantias s/caracter substituto de Crédito		536 668	-		-	-		247 685
Total das Posições em Risco Extra-patrimoniais		536 668	-	-	-	-	-	247 685

Total das Posições em Risco	23 131 927	623 208	-	4 263 353	-	-	8 261 028
-----------------------------	------------	---------	---	-----------	---	---	-----------

Quadro 8: Total das Exposições ao Risco Original

Como ilustrado no quadro acima, o imobiliário e as garantias de depósitos são as técnicas mais utilizadas pelo Banco para reduzir a sua exposição ao risco de crédito.

10. Risco de Mercado

10.1 Introdução

De acordo com as disposições regulamentares (Aviso n.º 13/GBM/2013), as Instituições de Crédito devem determinar requisitos de fundos próprios para o risco de mercado.

O Risco de Mercado é o risco de perdas no balanço e nas posições extrapatrimoniais resultantes de flutuações nos preços de mercado. O risco de mercado é composto por riscos de taxa de juro relacionados com instrumentos incluídos na carteira de negociação, riscos cambiais e riscos de commodities incorridos pelas instituições.

10.2 Estratégias e Processos de Gestão

O processo de gestão de riscos compreende um conjunto de políticas, sistemas, procedimentos, métodos e práticas implementados e utilizados pelo Banco com o objectivo de identificar, medir, controlar e monitorar o risco cambial de forma adequada e oportuna.

Políticas de Cobertura e Redução de Riscos

No que diz respeito às políticas de cobertura e de redução de riscos, no que diz respeito à gestão integrada de activos e passivos, os riscos de mercado no balanço são regularmente monitorizados e a sua cobertura é objecto de propostas específicas em função da situação económica e da percepção da evolução do mercado.

10.2.1 Risco de taxa de juro da carteira bancária

O Risco de Taxa de Juros, de acordo com o Aviso n.º 4/GBM/2013, é a possibilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, devido a desfasamentos nos prazos de vencimento ou períodos de reposição das taxas de juro, à ausência de correlação perfeita entre as taxas de operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou à existência de opções embutidas em instrumentos financeiros de balanço ou itens extrapatrimoniais. O Conselho de Administração estabelece limites para o grau de desalinhamento das taxas de juro, que é monitorizado diariamente. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro incluem saldos de caixa e depósitos noutras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e fundos de outras instituições de crédito.

A gestão do risco de taxa de juro é realizada através da agregação de activos e passivos sensíveis às flutuações das taxas em intervalos residuais de revisão/revisão. O Banco mede o impacto das variações das taxas de juro na margem financeira, incluindo o impacto de movimentos adversos imprevisíveis.

A gestão da política e estratégia relacionada com a taxa de juro é aprovada e acompanhada pela Administração, no Comité ALCO, que se reúne mensalmente, e é implementada pelo Departamento de Tesouraria, que assegura o cumprimento das políticas definidas internamente.

10.2.2 Risco cambial

De acordo com o Aviso nº 04/GBM/2013, Risco Cambial é a possibilidade de impactos negativos sobre os resultados ou o capital devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio.

A metodologia de avaliação do risco cambial do Banco baseia-se no controlo diário da posição cambial, de forma a assegurar a manutenção dos limites estabelecidos internamente, bem como dos limites prudenciais. O Banco dispõe de um mecanismo de medição de risco que considera todas as fontes de risco cambial, a fim de avaliar o impacto das variações cambiais no produto bancário. Esta avaliação é realizada considerando os indicadores regulatórios (Aviso nº 15/GBM/2013) considerando a posição cambial líquida por moeda no último dia de cada mês.

A gestão da política e estratégia relacionadas com o Risco Cambial é definida no Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), implementado pelo Departamento de Tesouraria e controlado pelo Departamento de Gestão de Risco. De acordo com a política do Banco, as posições cambiais são monitorizadas diariamente para garantir que se mantêm dentro dos limites estabelecidos internamente (o Conselho de Administração define um nível máximo de limite de exposição global e por moeda, calculado com base nos fundos dos Acionistas), bem como os limites definidos pelo Banco de Moçambique.

Posição Cambial Global (Valores em Milhares de Meticais)		30-Jun-25		31-Dec-24	
País	Divisa	Longa	Curta	Longa	Curta
Estados Unidos da América	USD	-	27 983	-	34 251
União Europeia	EUR	5 775	-	-	116
África do Sul	ZAR	2 989	-	-	19 383
Reino Unido	GBP	1 025	-	394	-
Total das Posições		9 789	27 983	394	53 749
Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capitais para a Cobertura do Risco Cambial			27 983		53 749

Quadro 9: Posição Cambial

Os efeitos individuais por moeda sobre os resultados, bem como sobre o capital próprio, são determinados de forma independente, o que significa que não existe qualquer compromisso económico entre eles.

A directiva acima referida induz o Access Bank a liquidar as suas posições cambiais ou a manter posições abertas mínimas, limitando o impacto das perdas em caso de flutuações das taxas de câmbio.

Em conformidade com a directiva do Banco Central, o Access Bank cumpre as disposições durante o período em análise, sendo a posição cambial monitorizada e reportada diariamente ao Banco de Moçambique.

11. Risco de Liquidez

11.1 Informação qualitativa

O risco de liquidez decorre da possibilidade de o Banco não conseguir obter o financiamento necessário, contrair empréstimos a taxas de juro ou prazos de vencimento favoráveis, vender activos em tempo útil e a um preço razoável, e ser incapaz de vender activos num contexto de tensão do mercado sem incorrer em perdas significativas.

A gestão do risco de liquidez, a seguir descrita, foi desenvolvida para assegurar que o Banco não está indevidamente exposto ao risco de liquidez e está em conformidade com os requisitos regulamentares e as melhores práticas internacionais no que diz respeito à gestão do risco de liquidez. A estrutura de gestão do risco de liquidez baseia-se nas responsabilidades do Conselho de Administração e da direcção de topo, bem como nos processos e procedimentos de gestão do risco de liquidez do Banco.

Supervisão do Conselho de Administração

Compete, em primeiro lugar, ao Conselho de Administração compreender o perfil de risco de liquidez do Banco e os instrumentos utilizados para gerir o risco de liquidez.

Processo de gestão do risco de liquidez

a) Identificação do Risco de Liquidez

O plano de liquidez e financiamento inclui indicadores de alerta precoce de risco de liquidez para ajudar na identificação imediata do risco de liquidez no Banco. Os principais indicadores adotados para identificar o risco de liquidez são:

- ♦ rápido crescimento dos activos, financiado por grandes depósitos voláteis.
- ♦ concentrações em activos ou passivos.
- ♦ deterioração da qualidade da carteira de empréstimos.
- ♦ Tendência negativa ou aumento do risco em qualquer unidade de negócio ou linha de produtos.
- ♦ declínio no desempenho dos lucros ou nas projeções.
- ♦ existência de posições em risco extrapatrimoniais significativas.
- ♦ deterioração da avaliação do Banco por terceiros.

b) Medição do risco de liquidez

O Banco mede o seu risco de liquidez com base:

- ♦ análises de fluxo de caixa que estimam sua lacuna de financiamento de liquidez ao longo de um horizonte de tempo e índices e limites de liquidez.
- ♦ análise das entradas e saídas de caixa calculadas e mapeadas em escala de vencimento, o que dá origem a um relatório sobre a lacuna comportamental nas necessidades de endividamento do Banco.
- ♦ gap mensal para os próximos seis ou doze meses e trimestral a partir daí;
- ♦ Uma variedade de rácios e limiares para quantificar o risco de liquidez. São fixados limiares para os seguintes indicadores de risco de liquidez
 - o Total de empréstimos e depósitos.
 - o Total de empréstimos e capitais próprios.
 - o Empréstimos contraídos para o total dos activos.
 - o Depósitos significativos no total de depósitos.
 - o Total do activo líquido dos depósitos.

c) Estratégia de liquidez

O departamento de gestão de risco e a tesouraria, em conjunto com a ALCO, recomendam uma estratégia geral de liquidez, ou seja, o Plano de Liquidez e Financiamento (LFP) do Banco. A estratégia, documentada numa circular anual, esboça:

- ♦ A composição do activo e do passivo.
- ♦ Diversificação e sensibilidade dos passivos.

11.2 Informação Quantitativa

O quadro seguinte mostra os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros de acordo com os seus prazos contratuais remanescentes. O gap comportamental de liquidez refere-se à diferença entre as entradas e saídas de caixa esperadas do Banco, considerando o comportamento real dos clientes e não apenas as obrigações contratuais. Este conceito é crucial para o Banco, uma vez que ajuda a gerir o risco de liquidez de forma mais eficaz, contabilizando as acções do mundo real dos nossos clientes, tais como levantamentos antecipados ou pagamentos antecipados de empréstimos.

O Banco adoptou o Modelo de Séries Temporais, no qual são utilizadas técnicas de análise para estimar de forma independente o montante estável e de base dos depósitos sem vencimento (conta corrente). Este modelo baseia-se na "abordagem paramétrica", que considera a tendência histórica e a volatilidade para determinar o "run-off rate" depósitos a um determinado nível de confiança. O volume estável em cada período é estimado usando o modelo de regressão de séries temporais lineares logarítmicas.

Outros pressupostos de Comportamento são usados para Activos específicos, tais como:

- ♦ Os depósitos à ordem utilizaram um modelo comportamental construído, onde 44% dos depósitos são reembolsados num período de 12 meses
- ♦ As Reservas Regulamentares foram alteradas de modo a alinharem-se com os movimentos esperados da carteira de depósitos do Banco
- ♦ Os empréstimos NaNo (?) foram distribuídos em linha com os reembolsos esperados numa base diária e com o padrão de pagamento dos créditos em incumprimento

Relatório de Gap Comportamental de Liquidez em 30 de junho de 2025:

ANALISE DE GAP DE LIQUIDEZ								
Data de Rporte: 30 Junho 2025								
valores em 000'MZN								
Maturidades	A vista - 1 mês	31 – 60 dias	61 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 365 dias	1 - 2 anos	2 anos+	TOTAL
ACTIVOS		-	-	-				
Caixa e equivalentes de caixa:	9 512 650	-	-	419 579	-	-	-	9 932 230
Títulos e valores mobiliários:	430 586	5 858 939	510 446	1 320 572	702 120	-	28 830	8 851 494
Empréstimos e adiantamentos a clientes:	725 518	115 635	610 550	492 693	428 321	590 787	2 293 024	5 256 528
Outros ativos	21 916	-	-	-	125 421	402 143	983 832	1 533 313
Imobilizado	-	-	-	-	-	541 028	259 785	800 814
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	58 703	58 703
Ativos fiscais diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	10 690 671	5 974 574	1 120 996	2 232 845	1 255 863	1 533 959	3 624 175	26 433 082
PASSIVOS								
Depósitos de clientes	20 595 140	716 287	1 009 361	969 852	547 317	-	-	23 837 958
Empréstimos locais	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos externos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	345 932	-	-	-	-	561 977	-	907 909
Património líquido	-	-	-	-	-	1 687 215	-	1 687 215
TOTAL PASSIVOS	20 941 072	716 287	1 009 361	969 852	547 317	2 249 193	-	26 433 082
NET GAP	-10 250 401	5 258 286	111 635	1 262 993	708 546	-715 234	3 624 175	0

Quadro 10: Gap de Liquidez

12. Risco Operacional

12.1 Introdução

O Banco define risco operacional como o risco para os lucros e capital resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou defeituosos, ou de eventos externos. A definição inclui o risco jurídico, mas exclui os riscos estratégicos e de reputação. O Banco alocou recursos significativos para desenvolver uma cultura de “consciência do risco” e para garantir que todos os riscos operacionais significativos sejam identificados, medidos, avaliados, priorizados, gerenciados, monitorados e abordados de forma consistente e eficiente. Desenvolveu também uma política de risco operacional e vários manuais operacionais com controlos de melhores práticas para gerenciar e mitigar a exposição ao risco, que também garantem a implementação.

O Comité de Gestão de Riscos do Conselho de Administração coordena, facilita e supervisiona a eficácia e a integridade da gestão do risco operacional do Banco e monitoriza a adequação dos controlos, o cumprimento das políticas de risco operacional e o perfil geral de risco com base na apetência pelo risco definida. O controlo interno e a auditoria interna monitorizam a eficácia dos processos, testam controlos, validam informações de risco e identificam acções correctivas. A gestão do risco operacional baseia-se no processo de Autoavaliação do Controlo de Risco (RCSA), cuja implementação demonstra o grau de seriedade que o Banco atribui à gestão do risco operacional.

O processo RCSA consiste nas seguintes etapas:

- ♦ documentação das actividades de cada negócio/função no Banco.
- ♦ identificação e avaliação dos principais riscos operacionais.
- ♦ identificação dos controlos-chave.
- ♦ avaliação e classificação dos controlos-chave em relação a riscos significativos.
- ♦ estabelecimento de indicadores-chave de risco.
- ♦ comunicação dos resultados da RCSA.

O Banco utiliza o Process Maker como uma aplicação de gestão de risco operacional para realizar as suas autoavaliações de risco e controlo. Este software compreende:

- ♦ um questionário de controlo a preencher pelos utilizadores finais para avaliar o risco de perdas associadas a aspectos específicos das suas operações.
- ♦ Um sistema de gestão do dia-a-dia para garantir que as tarefas associadas à minimização de riscos são registadas e monitorizadas.
- ♦ um sistema de alerta por e-mail para garantir que o utilizador atribuído a uma tarefa de minimização de riscos receba aviso prévio para concluir a tarefa.
- ♦ A aplicação permite ainda a recolha, análise e reporte de dados de eventos de perdas operacionais por unidades de negócio e categorias alinhadas com os requisitos de Basileia II, que são, portanto, capazes de monitorizar as principais exposições ao risco operacional e as causas subjacentes em relação aos limites estabelecidos pelo Banco.

12.2 Identificação do Risco Operacional

A função de gestão do risco operacional, em conjunto com as unidades de negócio e os proprietários de processos, identifica e avalia o risco operacional inerente a todos os produtos, actividades, processos e sistemas materiais do Banco. O processo de identificação deve especificar a natureza e os tipos de risco operacional, bem como as suas causas e provável impacto no Banco. O processo de identificação emprega uma combinação das seguintes técnicas:

- ♦ autoavaliação de riscos e controlos.
- ♦ análise de processos.
- ♦ indicadores-chave de risco.

Fontes adicionais para identificar riscos operacionais incluem experiências reais de perdas internas, dados externos (quando relevantes e disponíveis), análise de cenários e resultados de auditorias internas e externas.

Os principais riscos operacionais derivam de uma avaliação crítica dos riscos significativos identificados através da RCSA, bem como de outros factores de base relevantes que incluem eventos externos, dados de perdas operacionais e análise de cenários.

O Banco classifica o risco operacional em sete categorias de eventos de perda, com base em sua causa raiz: fraude interna, fraude externa, práticas de emprego e segurança do trabalho, disputas com clientes, danos associados a activos físicos, interrupções de negócios e falhas do sistema e execução, entrega e gerenciamento de processos.

12.3 Medição de Risco Operacional

Os responsáveis pelo risco operacional em cada unidade de negócio asseguram que todos os eventos de risco operacional são registados e comunicados aos níveis de gestão adequados. Os eventos de perda interna são categorizados em incidente de perda real que resultou em uma perda financeira; perda potencial (um incidente que foi descoberto e pode ou não resultar em uma perda financeira); eventos ausentes. Um evento de quase-acidente é um incidente que foi descoberto por meios diferentes das práticas operacionais normais e que, após uma gestão adequada, não resultou em perda ou ganho.

12.4 Monitorização e controlo do Risco Operacional

O Banco monitoriza o risco operacional através de autoavaliações de risco e controlo (RCSA), rastreio de dados internos de perdas e monitorização de indicadores chave de risco (KRI), que envolve, trimestralmente, cada unidade de negócio identificando e avaliando proactivamente exposições significativas a riscos operacionais e os controlos em vigor para gerir esses riscos.

Os planos de acção correctiva são formulados para abordar quaisquer áreas de fragilidade em que os principais controlos de risco estejam ausentes e sejam inadequados ou ineficazes. O plano de medidas correctivas inclui um calendário para a implementação e a identificação dos gestores responsáveis pela sua implementação atempada. A gestão de riscos operacionais usa a ferramenta Process Maker para garantir que todas as acções correctivas sejam eficazes, concluídas rapidamente e reportadas regularmente ao Conselho de Administração.

12.5 Avaliação de Capital

O Banco adotou a “Abordagem dos Indicadores Básicos” ao abrigo do Acordo de Basileia II para medir o montante de capital que deve ser reservado para absorver as perdas esperadas e proteger a instituição contra perdas que possam ocorrer no decurso normal da actividade.

13. Participações Societárias – Divulgações Relacionadas com a Carteira Bancária

13.1 Informação qualitativa

A rubrica Participações Patrimoniais é representada pelo valor das acções detidas pelo Access Bank Mozambique SA na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), uma sociedade financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique com participação social dos Bancos Comerciais, e na Empresa Diamond Seguros, uma sociedade financeira do ramo dos seguros constituída por capitais nacionais e estrangeiros.

Todas estas participações foram adquiridas pelo Banco por objectivos estratégicos, sendo que a participação na sociedade SIMO provém do projecto da Banca nacional em criar uma rede de pagamentos interna, e a participação na sociedade Diamond Seguros provém da vontade do Banco de estender a sua oferta financeira cobrindo, também, a componente seguros.

O Access Bank Mozambique SA, em termos prudenciais, não consolida a informação financeira que lhes diz respeito.

13.2 Informação Quantitativa

Os títulos de carteira de investimento incluídos na demonstração da situação financeira incluem:

- títulos de dívida mensurados ao custo amortizado;
- instrumentos de capital próprio não cotados designados ao justo valor através de outro rendimento integral (JVAORI).

Os títulos de dívida mensurados ao custo amortizado incluem activos detidos para obter fluxos de caixa contratuais que representam unicamente pagamentos de capital e juros. Os proveitos de juros desses activos financeiros são incluídos nos juros e rendimentos similares usando o método da taxa de juro efectiva. Os ganhos ou perdas que se verifiquem no desreconhecimento são reconhecidos directamente em resultados e apresentados em ganhos/(perdas) líquidos de títulos da carteira de investimento, juntamente com ganhos e perdas cambiais. As perdas por imparidade são apresentadas como uma rubrica separada na demonstração do rendimento integral.

O Banco optou por apresentar no ORI alterações do justo valor de certos investimentos em instrumentos de capital próprio que não são detidos para negociação. Esta opção é feita instrumento a instrumento no reconhecimento inicial e é irrevogável. Os ganhos e perdas destes instrumentos de capital próprio nunca são reclassificados em resultados e não é reconhecida nenhuma imparidade em resultados. Os dividendos são reconhecidos em resultados, salvo se representarem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento, caso em que são reconhecidos no ORI. Os ganhos e perdas acumulados reconhecidos no ORI são transferidos para resultados transitados aquando da alienação do investimento.

Abaixo está uma ilustração das participações accionárias atuais do Banco em 30 de juninho de 2025.

Entidade	30-Jun-25		31-Dec-24	
	% Participação	Valor*	% Participação	Valor*
Diamond Seguros	2,45%	31 005	2,45%	31 005
Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO)	10,31%	6 290	10,31%	6 290
Total		37 295		37 295

Quadro 11: Participações No Capital

14. Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária

14.1 Informação qualitativa

Como já foi referido na secção relativa ao risco de mercado, a taxa de juro, sendo uma variável de mercado, é um elemento sobre o qual o Banco não tem qualquer controlo e cujas variações adversas podem resultar em perdas, quer directamente, nos resultados do exercício, quer indirectamente, no valor dos activos detidos para venda. Uma vez que as operações de compra e venda de instrumentos financeiros ainda não são frequentes no contexto nacional, o risco de taxa de juro para o Banco limita-se ao diferencial das taxas de activos e passivos e ao impacto que as variações de mercado podem ter nos resultados do Banco. O risco de taxa de juro do Banco é principalmente monitorizado pela supervisão do diferencial de margem de juros, calculado numa base diária e mensal. Paralelamente a esta actividade, o Banco também elabora mapas nos quais é possível analisar a distribuição temporal dos activos e passivos, possibilitando verificar as diferenças e avaliar o impacto na margem de juros em relação às variações das taxas.

14.2 Informação Quantitativa

Para considerar o risco de taxa de juro existente na carteira bancária, a Autoridade de Supervisão recomenda a utilização do modelo anexo à Circular n.º 02/ESP/2014.

A exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária, para fins regulamentares, é calculada com base no modelo circular acima referido, classificando todos os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis às taxas de juro e que não pertencem à carteira de negociação, por horizontes temporais. O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo de duração e consiste num cenário de teste de esforço correspondente a um desvio paralelo da curva de rendimentos de +/- 2%, em todas as bandas de taxas de juro.

O quadro seguinte apresenta a análise de sensibilidade do risco de taxa de juro a uma deslocação paralela da taxa de juro de +/-2%, considerando todos os instrumentos da carteira bancária sensíveis à taxa de juro para posições em risco em Meticais e Dólares Americanos:

Meticais		Variação da taxa de juro		30-Jun-25	31-Dec-24
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro	Valor		+2.0%		
			-2.0%	(17 678)	(68 027)
	% dos Fundos Próprios		+2.0%		
			-2.0%	-1,59%	-4,08%
Meticais		Variação da taxa de juro		30-Jun-25	30-Jun-25
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano	Valor		+ 2.0%		
			- 2.0%	54 321	(4 555)
	% da Margem de Juros		+ 2.0%		
			- 2.0%	0,52%	-0,47%
Dólares Norte-Americanos		Variação da taxa de juro		30-Jun-25	30-Jun-25
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro	Valor		+2.0%		
			-2.0%	44 321	17 059
	% dos Fundos Próprios		+2.0%		
			-2.0%	0,52%	1,02%
Dólares Norte-Americanos		Variação da taxa de juro		30-Jun-25	30-Jun-25
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano	Valor		+ 2.0%		
			- 2.0%	16 249	21 665
	% da Margem de Juros		+ 2.0%		
			- 2.0%	1,68%	2,24%

Quadro 12: Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária

15. Anexos

15.1 Anexo 1. Distribuição geográfica das posições em risco de crédito

Posição em Risco Original por Classe de Risco	Moçambique				Resto do Mundo		Total
	Sul	Centro	Norte	Sub Total	África	Sub Total	
Administrações Centrais e Banco Centrais	-	-	-	-	-	-	-
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	-	-	-	-	-	-	-
Governos e Bancos Centrais Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
Organizações Internacionais	-	-	-	-	-	-	-
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Autoridades Municipais	-	-	-	-	-	-	-
Entidades do Sector Público	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de Crédito	202 940	-	-	202 940	-	-	202 940
Empresas	1 021 151	5 571	289 239	1 315 961	-	-	1 315 961
Carteira de Retalho Regulamentar	1 391 654	272 731	143 250	1 807 635	-	-	1 807 635
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	423 544	59 313	28 764	511 622	-	-	511 622
Créditos Vencidos	587 431	68 966	68 570	724 967	-	-	724 967
Outros Activos	-	-	-	-	-	-	-
Total das Posições em Risco Originais	3 626 721	406 581	529 824	4 563 126	-	-	4 563 126
	79,5%	8,9%	11,6%		0,0%		

Quadro 13: Distribuição Geográfica das Posições em Risco de Crédito

15.2 Anexo 2. Distribuição das posições em risco de crédito por prazos contratuais residuais

Posição em Risco de Credito por Maturidades Contratuais	A vista - 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 20 anos	> 20 anos	Total
Administrações Centrais e Banco Centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos e Bancos Centrais Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organizações Internacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autoridades Municipais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades do Sector Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	202 940	-	-	-	202 940
Empresas	7	14 402	589 137	278 993	349 481	81 019	2 922	-	-	1 315 961
Carteira de Retalho Regulamentar	400 204	19 596	1 561	5 115	69 051	311 547	950 075	49 486	1 000	1 807 635
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	-	-	-	-	145 957	18 280	179 255	79 228	88 903	511 622
Créditos Vencidos	333 585	79	11 256	2 006	41 722	99 943	175 651	55 515	5 210	724 967
Outros Activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das Posições em Risco Originais	733 797	34 078	601 953	286 113	606 211	713 729	1 307 903	184 229	95 113	4 563 126

Tabela 14: Distribuição das Exposições de Crédito por Prazos de Maturidades Contratuais Residuais

15.3 Anexo 3. Distribuição das posições em risco de crédito por sector de actividade

Sector de Actividade	Posição em Risco Original por Classe de Risco						
	Carteira Imoveis	Carteira Retalho	Carteira Vencida	Empresas Privadas	Instituicoes de Credito	Outros Activos	Grand Total
1.7. Agricultura - Outros	-	1 812	-	658 312	-	-	660 123
10.1. Comercio - Importacao e Exportacao	16 555	2 915	688	128 096	-	-	148 254
10.2. Comercio - A Grosso e a Retalho	255 331	20 555	111 569	42 173	-	-	429 628
11.2. Transporte - Rodoviario	19 167	6 188	2 335	-	-	-	27 689
11.6. Comunicacoes - Tecnologias de Informacao	-	2 288	-	-	-	-	2 288
12.0. Instituicoes Financeiras N/ Monetarias	3 171	-	-	1 574	202 940	-	207 685
13.1. Particular	208 676	1 761 640	608 106	7 340	-	-	2 585 763
13.2. Imobiliaria	-	500	-	-	-	-	500
13.3. Servicos - Outros	-	674	224	3 519	-	-	4 418
5.2. Industria Extractiva - Outros	-	-	-	-	-	-	-
6.1. Industria Transformadora - Alimentos, Bebidas, Tabaco	-	7 772	-	-	-	-	7 772
6.1. Industria Transformadora - Outras	-	-	-	73 874	-	-	73 874
7.0. Electricidade, Gas e Agua	6 003	1 619	-	395 850	-	-	403 472
8.0. Construcão e Obras Publicas	2 720	1 673	24	5 223	-	-	9 641
9.0. Hotelaria e Turismo	-	-	2 020	-	-	-	2 020
Grand Total	511 622	1 807 635	724 967	1 315 961	202 940	-	4 563 126

Quadro 15: Distribuição das Posições em Risco de Crédito por Sector de Actividade

A nossa visão

A nossa visão é clara e emocionante, é desafiadora e alcançável. A nossa visão é simples.

Ser o Banco Africano mais respeitado do mundo



A nossa missão

Estabelecer padrões para práticas empresariais sustentáveis que impulsionem o talento dos nossos colaboradores e criem valor superior para os nossos stakeholders

Os nossos valores

Excelência
Inovação
Liderança
Paixão pelos Clientes
Profissionalismo
Colaboradores Autónomos

O nosso propósito

Criar um impacto positivo em África